

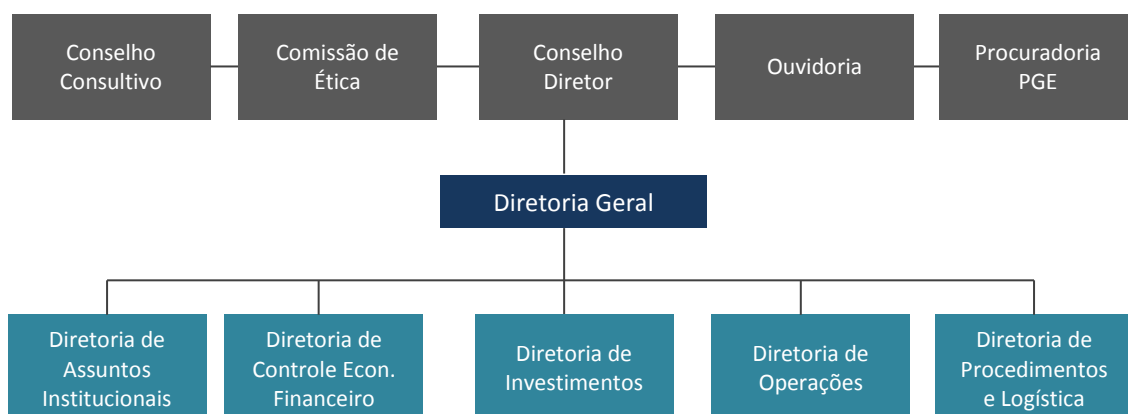
ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo é uma autarquia do Governo do Estado, vinculada à Secretaria de Governo conforme Decreto Estadual nº. 61.035 de 01 de janeiro de 2015, dotada de autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional e administrativa. Criada em 2002, a Agência tem como objetivo assegurar o cumprimento de normas que regulamentam os serviços públicos delegados de transporte, assim como garantir a execução de contratos firmados entre o Estado e a iniciativa privada. A Agência é a intermediária desta relação entre Governo, concessionárias, permissionárias, autorizatárias e usuários, promovendo o equilíbrio dos interesses das partes.

Sendo assim, a ARTESP regula e fiscaliza o Programa de Concessões Rodoviárias, o Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros no Estado de São Paulo. Por meio de atuação técnica e independente, a Agência busca garantir rodovias mais modernas e seguras para os motoristas, bem como, mais conforto e eficiência para aqueles que se utilizam do transporte de passageiros.

Todo esse trabalho é realizado através de corpo técnico distribuído em seis diretorias: Diretoria Geral; Diretoria de Operações; Diretoria de Assuntos Institucionais; Diretoria de Controle Econômico e Financeiro; Diretoria de Investimentos; Diretoria de Procedimentos e Logística. Juntas essas Diretorias compõem o Conselho Diretor, órgão superior de decisão da instituição. Fazem parte ainda da estrutura organizacional da Agência, o Conselho Consultivo, a Consultoria Jurídica, a Ouvidoria e a Comissão de Ética.



Princípios Institucionais

Missão

Incentivar o desenvolvimento e assegurar a excelência da prestação dos serviços de transporte, por meio da regulação e fiscalização, mediando os interesses dos usuários, entidades reguladas e Poder Concedente.

Visão

Ser reconhecida como referência de instituição pública na sua área de atuação.

Valores

- Ética
- Transparência
- Responsabilidade Social
- Autonomia
- Inovação

Atribuições

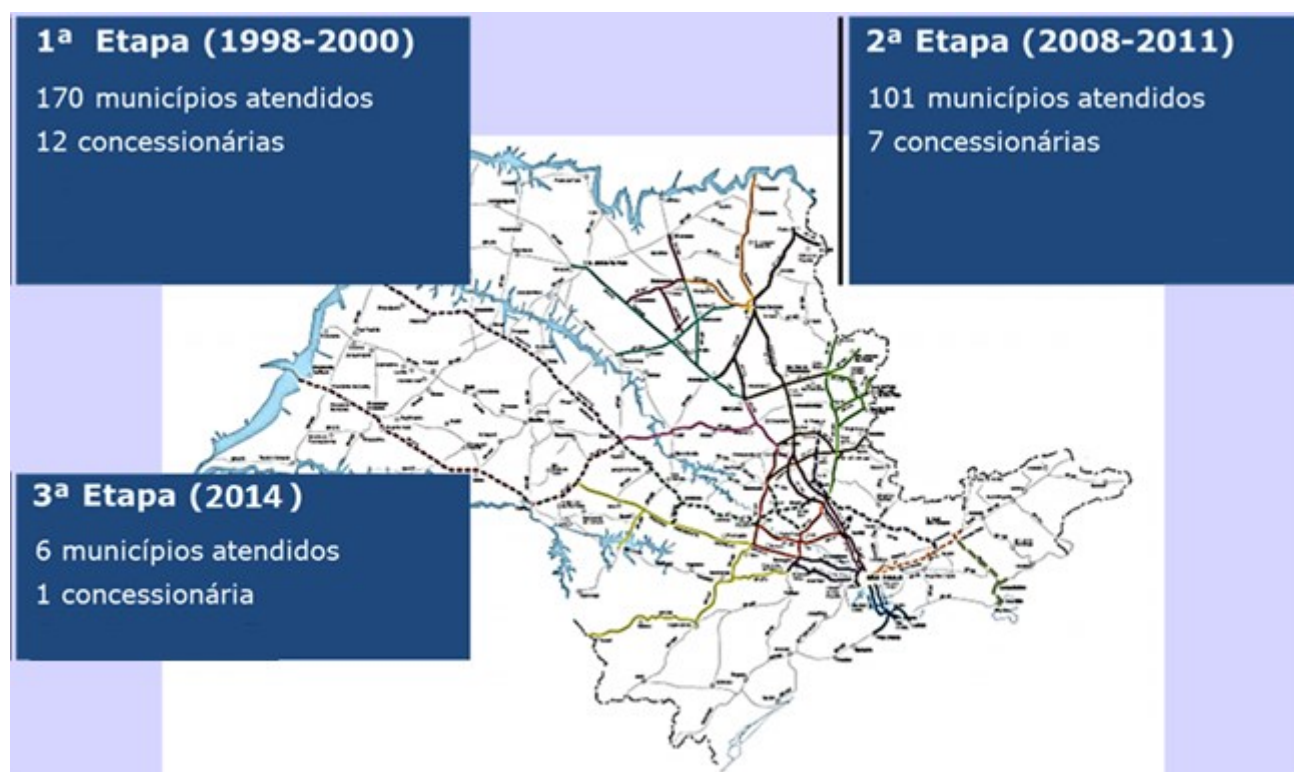
Conforme regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 46.708, de 22 de abril de 2002, cabem à ARTESP as seguintes atribuições:

- Implementar a política estadual de transportes;
- Exercer poder regulador, elaborar modelos de concessões, permissões e autorizações;
- Garantir a prestação de serviços adequados;
- Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;
- Estimular a melhoria da prestação dos serviços públicos de transporte.

O PROGRAMA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em 1998 e adotou uma política de concessões que desonera o Estado e permite investimentos na operação e manutenção das rodovias; na realização de obras, melhorias e ampliações na malha viária; na ampliação da segurança nas rodovias com significativa redução do índice de mortes em acidentes.

O Programa de Concessões está presente em mais de 6,4 mil quilômetros de rodovias que são administrados por 20 empresas/concessionárias.



Investimentos

INGRESSOS	RECEITA TOTAL	Pedágio	9.592.176	10.608.664	11.611.050
		Acess/Financ	1.371.940		
	CAPITAL	Próprio	309.123	1.002.386	
		Terceiros	693.263		
DESEMBOLSOS	DESPESAS OPERAClonais	Cons. Rotina	398.059	1.959.227	393.296
		Outras	1.561.168		
	DESPESAS FINAC.	Amortização	978.621	4.538.559	
		Juros	3.559.938		
	INVESTIMENTOS		1.658.982	1.658.982	
	ÔNUS	Fixo	408.856	560.839	
		Variável	151.683		
	DES. S/ LUCRO	Impostos	1.807.760	2.500.447	
		Dividendos	692.687		

(*) dados extraídos de demonstrativos financeiros não auditados e não publicados.

RECEITA ACESSÓRIA - Implantação e manutenção. Acessos - Arrendamento de áreas- AET- Excesso de carga - Exame de projeto - Apreensão de animais e veículos - Ressarcimento de seguros- sobras de arrecadação- TAP - Fibra Ótica - Fixação de painéis- Taxa de fiscalização - eventos - limpeza de pista.

CAPITAL - Próprio- Aporte dos Acionistas / Terceiros - BNDES - Debêntures - Instituições Financeiras (curto prazo).

DESPESAS OPERACIONAIS - Conservação de Rotina - Rodovias - predial - bens móveis / Outras - Salários, honorários, encargos, transportes - tributos s/ faturamento - seguros garantias -serviços contratados.

Repasse de ISSQN para os Municípios

O ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, que incide sobre as tarifas de pedágio tem sido um importante recurso para 259 municípios atravessados pelas rodovias estaduais paulistas sob concessão. As prefeituras podem investir esse recurso em áreas como saúde, segurança, educação ou infraestrutura.

Em 2015, o repasse total atingiu R\$ 451,6 milhões, mais que em 2014, quando as prefeituras arrecadaram com o imposto R\$ 444,7 milhões. A verba é repassada proporcionalmente à extensão da rodovia pedagiada que atravessa o município. O ISS começou a incidir sobre as tarifas de pedágio em 2000 e, desde então, já foram repassados para os municípios beneficiados R\$ 3,57 bilhões.

Outros serviços oferecidos para os usuários

As rodovias concedidas contam com monitoramento por câmeras, telefones de emergência instalados a cada quilômetro, veículos de inspeção de tráfego, além de um eficiente Serviço de Atendimento aos Usuários com serviços gratuitos e de qualidade, disponíveis 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Estrutura oferecida pelo Programa de Concessões:

- 142 Bases do SAL
- 147 Ambulâncias
- 195 Guinchos
- 7420 Call Box (Telefones de Emergência)
- 78 Balanças (Fixa e Móvel)
- 955 Câmeras – CFTV
- 130 Radares Fixos
- 34 Estações Metrológicas
- 367 Sensores de Tráfego
- 167 Veículos de Inspeção de Tráfego
- 326 Painéis de Mensagem Variável

Cabe à ARTESP a fiscalização, o gerenciamento operacional e o acompanhamento dos indicadores de eficiência dos equipamentos instalados ao longo das rodovias (câmeras, estações metrológicas, etc), e dos serviços oferecidos pelas concessionárias aos usuários (tempo médio de chegada de ambulâncias e guinchos para atendimento).

Em 2015 foram registrados mais de um milhão e setecentos mil atendimentos na malha concedida.

Atendimento	2012	2013	2014	2015
Atendimento Pré-Hospitalar	79.136	79.212	70.622	67.637
Socorros Mecânicos e Guinchos	852.953	841.265	805.614	786.481
Inspeção de Tráfego	818.297	787.150	827.431	918.144
Total	1.750.386	1.707.627	1.703.667	1.772.262

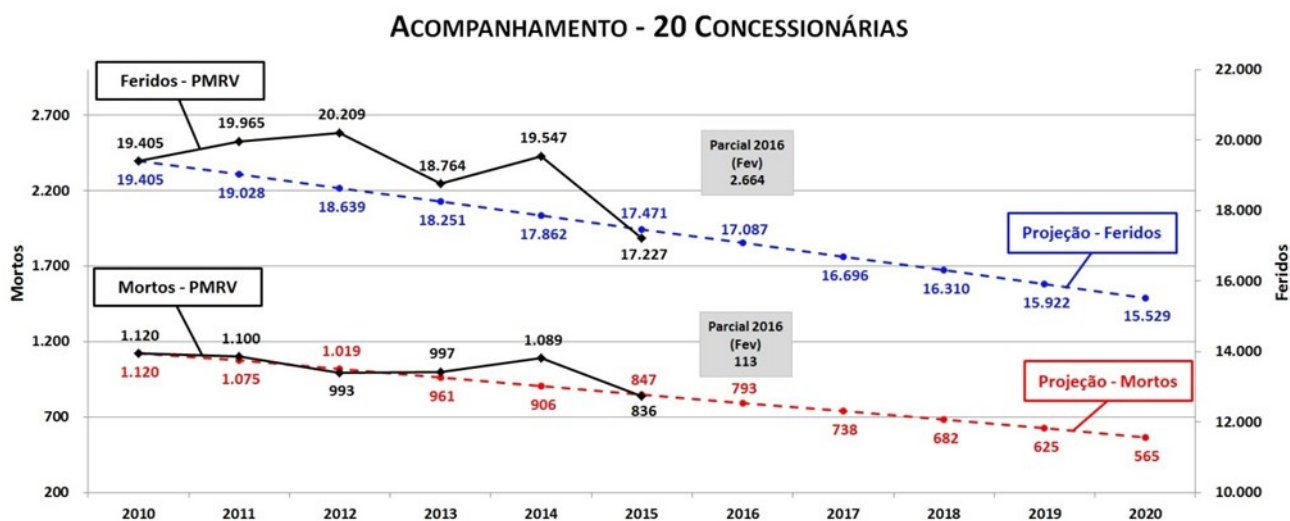
Viagens mais seguras - Programa de Redução de Acidentes

Os Contratos de Concessão estabelecem que cada concessionária deve apresentar bianualmente um Programa de Redução de Acidentes de Trânsito e Segurança Rodoviária - PRA, destinado a promover a melhoria da segurança do sistema viário, em conformidade com o planejamento do Poder Concedente. Esse Programa deve prever ações sobre os elementos geradores de acidentes de trânsito - a via, o veículo e o elemento humano - através de intervenções na engenharia e realização de ações operacionais, educativas e de apoio à fiscalização.

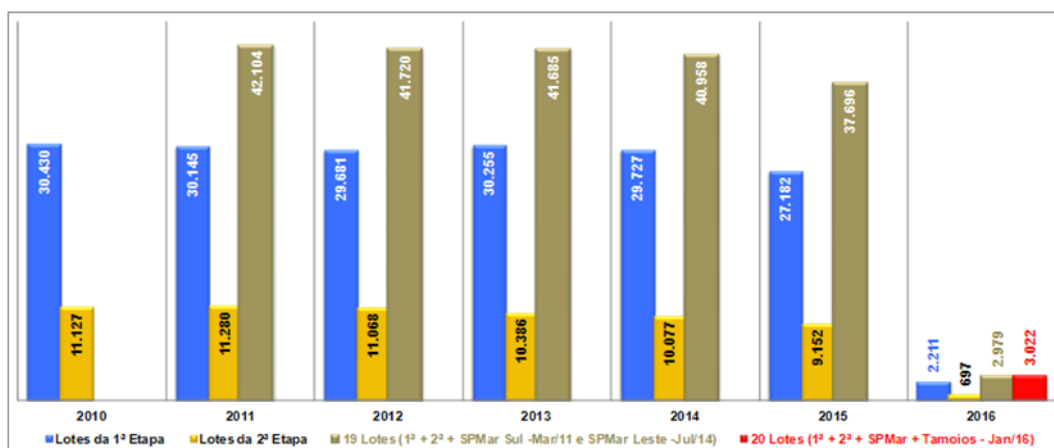
O PRA é entregue por todas as concessionárias no início de cada ano, atendendo as diretrizes estabelecidas pela ARTESP de metas anuais para a redução do número absoluto de acidentes, mortos e feridos em toda a malha. Essa meta está alinhada com a estabelecida pela ONU – Organização das Nações Unidas, que definiu a redução até 2020 de 50% no número de mortos registrados pela Polícia Militar Rodoviária em 2010.

As ações previstas nos PRAs das concessionárias são fiscalizadas em campo pela ARTESP. Além das fiscalizações, a Agência atesta também a informação sobre a quantidade de mortos prestada pelas concessionárias, obtida através dos registros efetuados em seus atendimentos. Para tanto, são comparados mensalmente os dados fornecidos pelas duas fontes que atualmente registram a quantidade de vítimas em acidentes rodoviários: as concessionárias e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, através dos registros realizados pela Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo – PMRV.

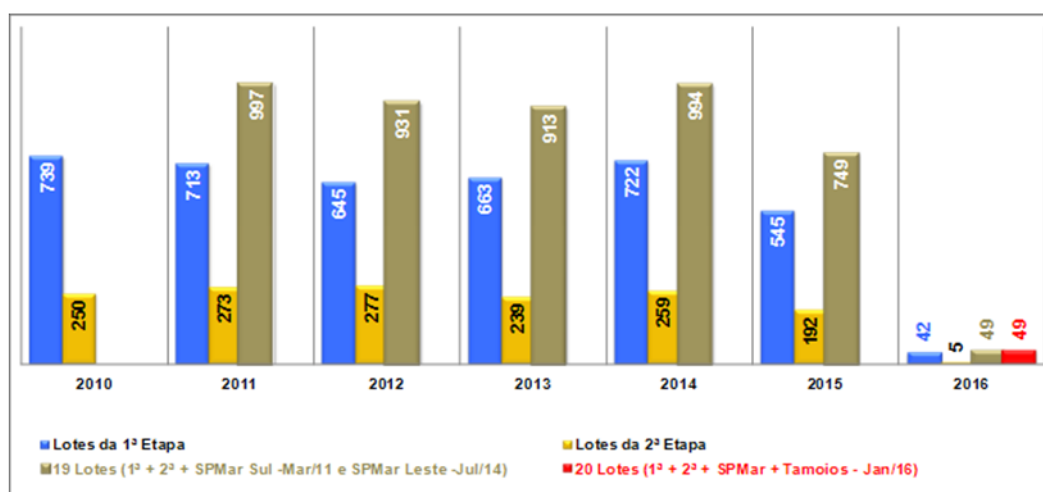
Em 2015, o sistema concedido do Estado de São Paulo atingiu as metas de redução de mortos e feridos, conforme gráficos a seguir:



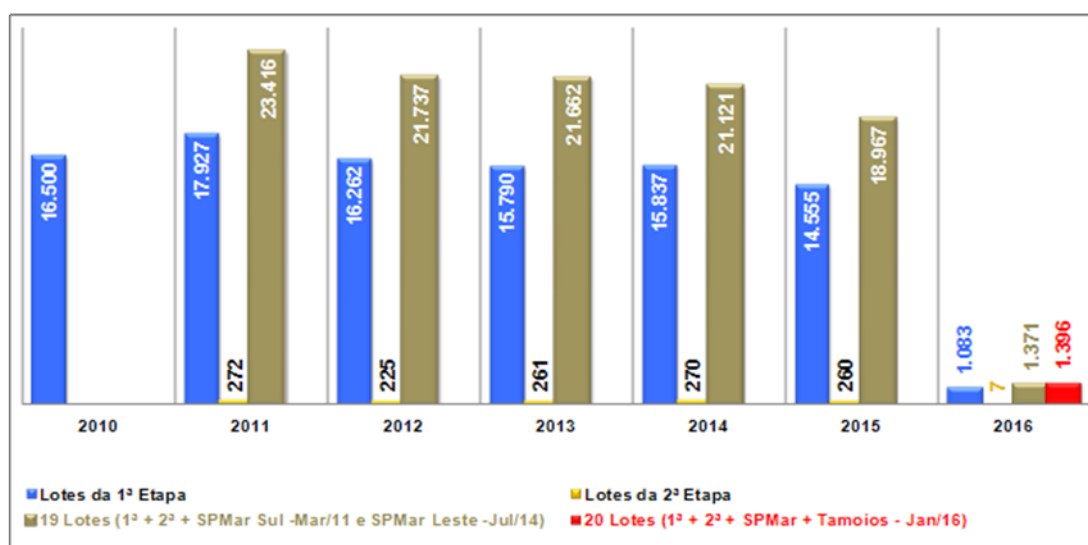
Acidentes – 20 Lotes – Evolução Anual – 2010 a Jan/2016



Mortos – 20 Lotes – Evolução Anual – 2010 a Jan/2016



Feridos – 20 Lotes – Evolução Anual – 2010 a Jan/2016



Gerenciamento de Obras

- Projetos de ampliação principal e conservação especial

A ARTESP possui um departamento que analisa e aprova projetos executivos elaborados pelas concessionárias para a implantação das obras de ampliação principal e de conservação especial do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. Incluem-se ainda nas análises, os documentos necessários para fins de desapropriação para elaboração do Decreto de Utilidade Pública.

São analisados também, os projetos referentes às obras de interesse público solicitados pela população lideira e pelos usuários da rodovia, por intermédio de autoridades locais, visando verificar a viabilidade técnica/econômica da sua inclusão no Programa.

As concessionárias, por força de contrato, são obrigadas a encaminhar para a ARTESP os documentos de “as built”, ou seja, desenhos contendo um retrato da obra conforme esta foi construída. Esses documentos são analisados e aprovados pela área de projetos utilizando o mesmo procedimento adotado para os projetos de ampliação principal e de conservação especial. A seguir, quadro com os projetos e status das análises em 2015:

Lote	Concessionárias	Projetos Entregues	Aguardando Esclarecimento	Cancelado	Em Análise	Parecer EAF: Aprovação	Aprovado com Ressalvas	Em Condição de Aprovação	Superado	Arquivado	"As Built" Entregues
01	Autoban	2.228	203	-	440	-	168	138	1.279	-	437
03	Tebe	393	15	-	80	-	82	68	148	-	377
05	Vianorte	92	3	1	9	-	8	64	7	-	-
06	Intervias	512	44	-	47	-	91	190	140	-	69
08	Centrovias	156	19	-	37	-	13	63	24	-	-
09	Triângulo do Sol	136	-	-	9	-	17	39	71	-	-
10	Autovias	499	70	-	252	-	52	42	83	-	388
11	Renovias	79	-	-	1	-	1	50	27	-	2
12	Vioeste	3.189	138	-	981	-	167	176	1.727	-	79
13	Rodovias das Colinas	689	75	-	342	-	89	31	152	-	503
20	SPVias	2.114	245	4	374	-	40	255	1.196	-	7
22	Ecovias	213	26	1	71	-	16	44	55	-	778
25	SPMar	779	175	2	77	-	186	171	168	-	-
07	Rota das Bandeiras	1.200	114	1	476	-	72	135	402	-	993
16	CART	1.604	55	5	772	-	164	212	396	-	1.083
19	Via Rondon	1.829	162	-	631	-	369	247	419	1	467
21	Rodovias do Tiete	1.125	138	4	532	-	185	116	148	2	91
23	Ecopistas	295	71	3	55	-	33	76	57	-	50
24	Rodoanel Oeste	129	5	-	70	-	-	15	39	-	40
27	Tamoiolos	1.016	66	3	683	-	77	114	73	-	-
Total		18.277	1.624	24	5.939	-	1.830	2.246	6.611	3	5.364

- Vistorias

Em 2015 foram realizadas 4.416 vistorias em obras em andamento nos 20 Lotes sob Concessão. Fundamental para o acompanhamento do progresso da execução das obras, as vistorias buscam garantir o cumprimento das condições técnicas e os cronogramas das obras previstos nos contratos de concessão.



Número de obras vistoriadas por lote/mês

Lote-Concessionária	2015											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
01 - AutoBan	6	5	5	5	8	7	7	7	8	9	9	9
03 - Tebe	6	6	9	5	5	5	5	5	5	5	5	6
05 - Vianorte	4	4	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7
06 - Intervias	8	8	11	10	12	12	12	12	11	10	10	10
07 - Rota das Bandeiras	31	31	30	33	36	39	39	40	43	44	45	43
08 - Centrovias	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
09 - Triângulo do Sol	6	6	6	6	6	10	10	10	10	10	10	10
10 - Autovias	2	2	2	2	2	2	1	1	6	6	6	6
11 - Renovias	5	5	5	5	8	8	8	8	8	8	8	8
12 - Viaoeste	5	3	3	7	7	7	8	5	4	4	5	5
13 - Rodovias das Colinas	18	17	18	18	18	21	21	21	21	21	21	21
16 - Cart	66	43	65	55	55	52	51	51	50	50	50	49
19 - ViaRondon	23	25	26	30	28	38	35	34	38	36	30	23
20 - SPVias	15	12	7	6	8	8	8	7	7	7	7	7
21 - Rodovias do Tietê	38	35	33	32	32	31	25	26	22	20	19	18
22 - Ecovias	6	6	8	8	9	10	10	10	9	8	8	9
23 - Ecopistas	4	4	4	4	4	4	4	5	9	9	9	9
24 - Rodoanel Oeste	13	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	16
25 - SPMAR	105	106	106	106	108	108	108	108	108	103	98	99
27 - TAMOIOS	0	0	0	0	2	2	2	2	2	4	5	7
Total por mês	365	333	361	355	371	387	377	375	383	376	367	366

Além da fiscalização de obras, equipes da ARTESP também realizam vistorias de conservação de rotina para verificação do pavimento, faixa de domínio, drenagem, elementos de segurança, sinalização, estruturas, prédios e pátios operacionais e iluminação.

- Obras concluídas

Em 2015, as concessionárias que atuam sob a fiscalização da ARTESP concluíram 122 obras, em conformidade com os cronogramas e com as atribuições de seus respectivos contratos. Nestas obras foram investidos R\$ 1,43 bilhão.

São obras de execução, implantação, ampliação e conservação de vias marginais, retornos operacionais, ampliação de obras de artes especiais, implantação de passarelas, recapeamento, pavimentação, postos de serviço de ajuda aos usuários, duplicações, faixas adicionais, acostamentos, implantação de trevos, intersecções e postos de pesagem.

O investimento em obras e manutenção e o esforço de fiscalização permitem que as rodovias paulistas concedidas figurem sempre entre as melhores do país, segundo pesquisas anuais realizadas pela Confederação Nacional de Transportes (CNT).

- Serviços Concluídos

SERVIÇOS	2015	UNID.
Duplicação de rodovias	54,27	km
Dispositivos - Ampliação e reforma	31	unid.
Dispositivos	13	unid.
Implantação de faixas adicionais	67,39	km
Implantação de passarelas	5	Unid.
Implantação de posto de atendimento ao usuário	2	Unid.
Implantação / Melhoria de Pontes	2	unid.
Implantação de marginais	47	km
Recapeamento	617,77	km

- Principais obras entregues em 2015

Rodovia Anhanguera (SP 330)

Implantação de faixa adicional do Km 128+000 ao Km 147+000.

Início da obra: abril/2014.

Conclusão: abril/2015.

Investimento: R\$ 28,9 milhões (julho/2015)

Municípios beneficiados: Americana e Limeira.

Rodovia Orlando Chesini Ometto (SP 323)

Implantação de Trevo SP 323 / SP351 km 44+100.

Início da obra: fevereiro/2014.

Conclusão: fevereiro/2015.

Investimento: R\$ 3,8 milhões (julho/2015)

Municípios beneficiados: Pirangi.

Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP 083)

Implantação de Trevo no km 8+000

Início da obra: setembro/2013.

Conclusão: agosto/2015.

Investimento: R\$ 18,6 milhões (julho/2015)

Municípios beneficiados: Valinhos.

Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP 083)

Implantação do trecho Anhanguera - Bandeirantes - Contorno Sul de Campinas - km 12+300 ao km 18+000

Início da obra: junho/2013.

Conclusão: novembro/2015.

Investimento: R\$ 91,0 milhões (julho/2015).

Municípios beneficiados: Campinas e Valinhos.

Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP 225)

Melhorias das Vias Marginais entre o km 177+400 e o km 185+500

Início da obra: outubro/2014.

Conclusão: setembro/2015.

Investimento: R\$ 41,2 milhões (julho/2015).

Municípios beneficiados: Jaú.

Rodovia Raposo Tavares (SP 270)

Duplicação do km 592+680 ao km 614+300

Início da obra: março/2014.

Conclusão: abril/2015.

Investimento: R\$ 57,1 milhões (julho/2015)

Municípios beneficiados: Presidente Bernardes, Santo Anastácio e Piquerobi.

ViaRondon (SP 300)

Marginal do km 508+000 ao km 509+647

Início da obra: junho/2015.

Conclusão: dezembro/2015.

Investimento: R\$ 2,9 milhões (julho/2015).

Municípios beneficiados: Coroados.

Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101)

Duplicação do Km 14+640 ao Km 25+700

Início da obra: abril/2012.

Conclusão: julho/2015.

Investimento: R\$ 42,6 milhões (julho/2015).

Municípios beneficiados: Hortolândia, Monte Mor.

Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308)

Duplicação do km 141+410 ao km 153+500

Início da obra: novembro/2011.

Conclusão: fevereiro/2015.

Investimento: R\$ 37,5 milhões (julho/2015).

Municípios beneficiados: Capivari e Rio das Pedras.

Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP 055)

Implantação da 3ª faixa do Km 280+000 ao Km 292+000 - Pista Leste

Início da obra: junho/2014.

Conclusão: dezembro/2015.

Investimento: R\$ 51,5 milhões (julho/2015).

Municípios beneficiados: São Vicente e Praia Grande.

Rodovia Ayrton Senna da Silva (SP 070)

Implantação de faixa adicional (6ª Faixa) do Km 11+700 ao Km 19+300 - Pista Leste

Início da obra: novembro/2013.

Conclusão: novembro/2015.

Investimento: R\$ 52,8 milhões (julho/2015).

Municípios beneficiados: São Paulo e Guarulhos.

Trecho Leste do Rodoanel (SP 21)

Interligação do trecho da Rodovia Ayrton Senna à Dutra

Início da obra: agosto/2011.

Conclusão: junho/2015.

Investimento: R\$ 331,7 milhões (julho/2015).

Municípios beneficiados: Ribeirão Pires, Itaquaquecetuba, Arujá, Mauá, Poá, Suzano e região do ABCD Paulista.

DESTAQUES RODOVIAS***-Concessão Patrocinada da Tamoios***

Em 2014 a ARTESP realizou o processo licitatório da primeira Parceria Público Privada (PPP) na modalidade concessão patrocinada – Rodovia dos Tamoios. Participaram da concorrência internacional empresas nacionais, estrangeiras, fundos de investimentos e entidades de previdência complementar – isoladamente ou em consórcio.

A Concessionária Tamoios, ganhadora do processo, assumiu em 18 de abril de 2015 a operação e manutenção da Rodovia dos Tamoios, estrada que interliga São José dos Campos a Caraguatatuba, com objetivo de aprimorar e modernizar o caminho para o Litoral Norte de São Paulo.

No total, a concessionária será responsável por 119,05 quilômetros de rodovia, mas nesse primeiro momento responderá apenas pelos trechos de Planalto e Serra da Tamoios (85,15 quilômetros). Nos próximos anos, irá assumir ainda os Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião (33,9 quilômetros), trechos que ainda estão sendo construídos sob responsabilidade da Dersa. A concessão - que trará como benefícios a modernização no sistema viário, com a realização de obras de adequação de alguns trechos, e na operação, com a inclusão de tecnologia para atendimento do usuário – beneficiará 25 milhões de usuários por ano, e trará impactos positivos diretos para os municípios de Caraguatatuba, Jacareí, Jambeiro, São José dos Campos, São Sebastião e Paraibuna. A previsão é de que no pico de realização das obras sejam gerados 2.500 empregos.

A principal obra a ser entregue pela concessionária é a duplicação do trecho de Serra da Tamoios, entre o km 60,4 e o km 82, totalizando 21,6 quilômetros de novas pistas, entre Paraibuna e Caraguatatuba, passando pelo Parque Estadual da Serra do Mar. Para preservar o meio ambiente, mais da metade da pista será construída em túneis. Essa nova pista terá rampas menos inclinadas do que no trecho de Serra atual e um traçado menos sinuoso. Serão implantados túneis laterais para servir de rota de fuga e para atendimento de emergência. Essa nova pista terá sentido litoral-planalto, mas poderá ter mão de direção invertida para atender aumento na demanda na direção oposta.

Logo após assumir a operação da Tamoios, a concessionária iniciou Programa Intensivo Inicial (PII), que prevê uma série de melhorias a serem executadas no primeiro ano de concessão, entre as quais a substituição de dispositivos de segurança avariados, operação tapa buraco, complementação e restauração da sinalização, instalação de três bases de Serviço de Atendimento ao Usuário provisórias, implantação do Centro de Controle Operacional (CCO) da rodovia, iluminação do trecho de Serra entre o km 64 e o km 80 e alargamento do acostamento de 10,2 metros para 14 metros em sete pontos da via, entre outras melhorias.

- Reajuste tarifário de pedágio abaixo da inflação

As tarifas de pedágio das rodovias paulistas concedidas foram reajustadas em 1º de julho de 2015. Conforme os contratos de concessão, em 12 concessionárias foram aplicados o IGP-M acumulado entre junho de 2014 e maio de 2015, registrado em 4,11%. Os outros sete contratos de concessões rodoviárias de São Paulo preveem o IPC-A como índice, que registrou 8,47% no mesmo período. Após aplicar os índices, as tarifas são arredondadas na segunda casa decimal para cima ou para baixo a fim de facilitar o troco nas cabines de pedágio. Considerando esses arredondamentos, a média de reajuste ficou em 5,32% ante a inflação 8,47%. O pedágio é o principal recurso para manter as rodovias concedidas.

- Prêmio Concessionária do ano

Para estimular melhorias constantes nos serviços prestados pelas concessionárias, a partir de 2014, a Agência premia aquelas que obtiverem o melhor desempenho em categorias distintas que compõem o **Prêmio “Concessionária do Ano”**.

O Prêmio passou a ser um importante mecanismo utilizado pela ARTESP para o incentivo à adoção de medidas e ações que visam garantir sempre os melhores caminhos para os usuários das rodovias concedidas, além de inovação constante.

Participam da premiação todas as concessionárias de rodovias paulistas reguladas e fiscalizadas pela Artesp. Em 2015, em sua segunda edição, a ARTESP concedeu 6 (seis) prêmios setoriais e um prêmio principal, “A Concessionária do Ano”. Os prêmios setoriais foram entregues às concessionárias que obtiveram maior pontuação no somatório dos indicadores definidos em cada categoria. O prêmio “A Concessionária do Ano” foi entregue para a concessionária que obteve a maior pontuação no somatório das categorias setoriais.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Ganhadora: Concessionária TEBE

Esta categoria avaliou o relacionamento da concessionária com os usuários por meio das respostas às demandas registradas na ouvidoria da ARTESP, da disponibilização de informações em seus sites e também das ações e campanhas de comunicação que a concessionária apresenta aos usuários.

SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Ganhadora: Concessionária Vianorte

Esta categoria avaliou as medidas adotadas e os resultados das ações que aumentam a segurança nas rodovias concedidas, com vistas a reduzir o número de mortos e feridos nas estradas paulistas.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Ganhadora: Concessionária Rodoanel

Esta categoria avaliou os equipamentos que monitoram e acompanham todas as movimentações nas rodovias, como call box e câmeras por exemplo, a eficiência dos atendimentos médicos e mecânicos prestados nas estradas concedidas e também a eficácia do sistema de pagamento eletrônico de pedágio.

MELHORIAS NAS RODOVIAS

Ganhadora: Concessionária Renovias

Esta categoria avaliou e acompanhou a execução de obras, serviços de conservação das rodovias e as condições estruturais do pavimento.

ESCOLHA DO USUÁRIO

Ganhadora: Concessionária Autoban

Foi a realização de uma pesquisa de satisfação, em que os usuários das rodovias deram notas para aspectos relacionados à qualidade das rodovias (pavimento, conforto), qualidade dos serviços prestados (guincho, socorro mecânico), estrutura de apoio ao usuário (Call Box, Serviços de Atendimento ao Usuário, 0800) e as obras de melhorias.

INOVAÇÃO

Ganhadoras: Concessionárias Autovias e Ecopistas

Esta categoria teve como objetivo reconhecer as ações inovadoras desenvolvidas pelas concessionárias que resultaram em melhor prestação de serviços aos usuários das rodovias paulistas concedidas. Premiar as concessionárias nessa categoria é dar visibilidade às práticas de sucesso, contribuindo para uma melhoria constante nos serviços prestados pelas concessionárias.

A premiação final “A Concessionária do Ano” foi entregue a Concessionárias Renovias.

- Pesquisa CNT 2015: São Paulo tem as melhores rodovias do país

Das 20 melhores rodovias avaliadas pela 19ª edição da Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), 19 integram o Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, fiscalizado pela ARTESP. As melhores classificadas no ranking criado nas últimas dez edições das pesquisas CNT são rodovias sob concessão.

As dez melhores rodovias do ranking de 2015 passam pelo Estado de São Paulo e apresentam 99,1% dos trechos avaliados como ótimos ou bons. Ainda de acordo com o levantamento, 78,3% de toda a malha concedida avaliada teve o estado geral classificado como ótimo ou bom. Nas vias públicas, há uma situação inversa. A maior parte da extensão pesquisada (65,9%) apresenta algum tipo de deficiência no estado geral, sendo 38,7% regular, 19%, 4 ruim e 7,8 péssimo. Somente 34,1% da extensão foram classificadas como ótimas ou boas.

A 19ª edição da pesquisa CNT avaliou mais de 100 mil quilômetros de estradas em todo o país. No Estado de São Paulo, o levantamento foi feito em 9.650 quilômetros, abrangendo rodovias concedidas e públicas, estaduais e federais. Foram levados em conta aspectos do pavimento, sinalização e geometria da via.

Confira a lista com as 10 melhores rodovias do país:

	Trecho	Rodovia	Concessionária
1º	São Paulo – Limeira (SP)	SP-310 / SP-348	AutoBAN
2º	Bauru – Itirapina	SP-225	Centrovias
3º	São Paulo – Taubaté	SP-70	Ecopistas
4º	Ribeirão Preto – Borborema	SP-330 / SP-333	Triângulo do Sol
5º	São Paulo – Itai – Espírito Santo do Turvo	SP-280	ViaOeste, Rodovia das Colinas, SPVias
6º	São Paulo - Uberaba (MG)	SP-330	AutoBan, Autovias, Intervias, Vianorte
7º	Barretos – Bueno de Andrade	SP-326	Triângulo do Sol, Tebe
8º	Limeira - S. José do Rio Preto	SP-310 / SP-330	AutoBan, Triângulo do Sol, Centrovias
9º	Engenheiro Miller (Avaré-SP) – Jupiá (Castilho-SP)	SP-209 / SP-300	Rodovias do Tietê, ViaRondon
10º	Araraquara - São Carlos - Franca - Itirapuã	SP-255 / SP-318 / SP-334 / SP-345	Triângulo do Sol e Autovias

- Campanha de Segurança

Para ressaltar a importância do uso do cinto de segurança, inclusive no banco traseiro, a ARTESP realizou durante todo o ano de 2015, uma campanha publicitária mostrando as desculpas de quem não usa o equipamento – “a gente vai só até a cidade aqui do lado” ou “qualquer coisa o banco da frente segura”. E alertava para uma importante razão para usar o cinto: “sua vida e a vida de quem você ama”.

Além da campanha, a Agência realizou pesquisas ao longo do ano para verificar se houve mudança de comportamento dos usuários. Na amostra colhida nas rodovias em dezembro de 2014, verificou-se um dado alarmante, que mostrou que 54% dos passageiros do banco traseiro não utilizavam o cinto. A pesquisa foi realizada nas praças de pedágio das rodovias sob concessão por meio da observação dos ocupantes dos veículos que paravam nesses locais. Usando a mesma metodologia, em agosto de 2015, foi verificado que 38% dos ocupantes da parte de trás do veículo não utilizavam esse equipamento de segurança. Uma boa evolução nas rodovias paulistas sob concessão, após intensa campanha de conscientização na mídia e nas próprias rodovias.

A campanha da ARTESP e concessionárias – com ênfase na importância de utilizar o cinto também na parte de trás do veículo - começou no início de janeiro de 2015 e contou com peças divulgadas em rádios, emissoras de TV, internet e jornais, além da distribuição de folhetos nas rodovias sob concessão, exibição de mensagens em faixas e nos painéis de mensagens das estradas e ações com o Simulador de Impacto, equipamento que mostra de maneira lúdica a força de uma colisão com um veículo.

- Novas concessões de rodovias do Estado de São Paulo

Anunciado pelo Governador Geraldo Alckmin em 19 de novembro de 2015, trata-se da 4ª etapa do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo, que trará melhorias significativas de mobilidade no Estado. Conforme anúncio realizado, a nova etapa foi idealizada para compreender 4 lotes:

Lote A – Extensão de 116 km, Municípios beneficiados 7 com tráfego estimado em 50 mil veículos/dia: Consiste na duplicação do trecho de 45 km entre Peruíbe e Miracatu nesse trecho a rodovia ficará mais segura e facilitará o acesso ao Porto de Santos.

Lote B – Extensão de 481 km, Municípios beneficiados 17 com tráfego estimado em 49 mil veículos/dia: Consiste na pavimentação da SP 250 no trecho entre Capão Bonito e São Miguel Arcanjo, além da duplicação da SP 324 da Região de Campinas facilitando o acesso ao Aeroporto de Viracopos e criando alternativas de acesso ao Paraná.

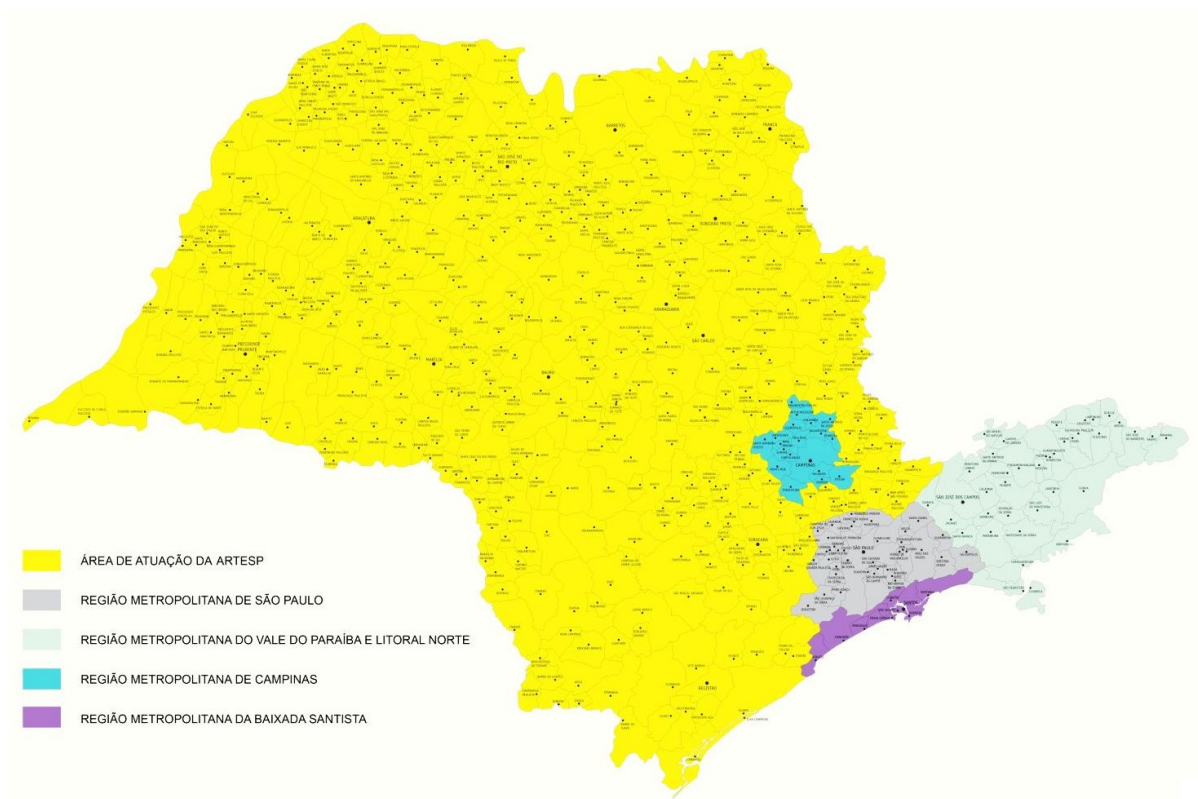
Lote C – Extensão de 1097 km, Municípios beneficiados 51 com tráfego estimado em 116 mil veículos/dia: Compreende a duplicação da SP 318 até São Carlos, SP 255 na região de Rincão e nos trechos de Araraquara-Bocaina, Bocaina-Jaú e Jaú-Igaraçu do Tietê, ainda na SP 255 na região de Itaí será duplicada e na SP 191 haverá duplicação entre São Pedro-Charqueada, essas obras estimularão a economia canavieira do Estado.

Lote D – Extensão de 572 km, Municípios beneficiados 30 com tráfego estimado em 91 mil veículos/dia: Compreende a duplicação da SP 333 nos trechos de Marília-Assis e Assis-Tarumã e no trecho que vai de Tarumã até a divisa com o Paraná fortalecendo a economia de quatro diferentes regiões do Estado e interligando o Triângulo Mineiro ao Paraná.

Com o anúncio e decreto que autorizou as novas concessões rodoviárias, a ARTESP iniciou o aprofundamento dos estudos para que se possam realizar as audiências públicas e consultas em 2016. A expectativa é que a nova etapa gere R\$ 10,8 bilhões em novos investimentos, grande parte concentrada nos 10 primeiros anos, além de gerar novos empregos no Estado, sendo estimado mais 11 mil na fase principal de obras e depois 6 mil sendo mantidos até o final dos contratos de 30 anos.

TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

A ARTESP regula e fiscaliza o Sistema de Transporte Intermunicipal de passageiros no Estado de São Paulo, exceto nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte. Diariamente, milhares pessoas viajam pelas linhas do Sistema de Transporte Regular gerenciado e fiscalizado pela Agência.



É parte das atribuições da Agência: a análise e proposição de soluções para alterações no esquema operacional do Transporte Coletivo Intermunicipal Regular; autorização, renovação e alteração de registro no serviço de fretamento; cisão, incorporação, fusão de empresas e transferência ou alteração de controle societário; cadastro de empresas; auditoria de instalações, garagens e veículos; aprovação de veículos e emissão de Declarações de Vistorias de Veículos e credenciamento de engenheiro mecânico para vistorias.

Em 2015, o Sistema operava da seguinte forma:

	Rodoviário	Suburbano	Estudantes	Fretamento	Total
Empresas	104		93	529	649
Linhas	607	398	-	-	1.062
Veículos	2.711	1.397	122	13.002	17.502
Idade média da frota	4,8	6	2,5	6	6

- Fiscalização

O papel da ARTESP é garantir a qualidade, o conforto e principalmente a segurança dos milhares passageiros transportados diariamente. Para isso, a Agência investe na fiscalização dos serviços, realizando auditoria de frota, garagem e instalações; ações fiscais na operação das linhas regulares, nos terminais rodoviários e nas rodovias; ações fiscais na operação de viagens sob regime de fretamento e estudantes; ações fiscais para repressão do transporte intermunicipal irregular.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO (jan/2011 - dez/2015)					
FISCALIZAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
VEÍCULOS FISCALIZADOS	98.862	96.044	101.874	104.204	91.910
APREENSÕES	2.144	1.862	1.554	1.087	809
NOTIFICAÇÕES	4.023	3.482	4.463	5.495	5.419
Nº DE MULTAS	6.460	3.566	2.481	3.406	5.831

Vistórias de garagens, instalações e frota	Quantidade
Empresas vistoriadas	538
Veículos vistoriados	1.641
Garagens e instalações vistoriadas	54

DESTAQUES TRANSPORTE COLETIVO

- Concessão do Transporte de Passageiros Intermunicipal

Anunciado, também, pelo Governador Geraldo Alckmin em 19 de novembro de 2015, o Plano de Concessão desenvolvido pela ARTESP faz parte do Decreto nº 61.635/2015 que dispõe sobre a concessão dos serviços rodoviários de transporte coletivo intermunicipal regular de passageiros nas áreas de operação do Estado de São Paulo, aprova seu respectivo regulamento, e dá providências correlatas, autorizando a presente licitação.

Para dar início ao processo licitatório, a ARTESP realiza Audiências Públicas para apresentar o Projeto de concessão para prestação e exploração dos serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros (serviço regular) no Estado de São Paulo. As audiências foram realizadas nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Santos e Bauru, além da capital, São Paulo nas seguintes datas e com a seguinte participação:

- Em 08 de dezembro de 2015 em São Paulo contando com 98 participantes e 15 perguntas realizadas e respondidas;
- Em 09 de dezembro em Santos, com 24 participantes e 15 perguntas;
- Em 10 de dezembro em Campinas com 57 participantes e 10 perguntas;
- Em 14 de dezembro em São José do Rio Preto, 33 participantes e 7 perguntas;
- Em 15 de dezembro em Ribeirão Preto, 47 participantes e 36 perguntas;
- E em 16 de dezembro em Bauru, com 39 participantes e 29 perguntas.

Finalizadas as audiências públicas, em 23 de dezembro de 2015 a ARTESP publicou a abertura da Consulta Pública nº 02/2015 sobre o projeto de concessão para prestação e exploração dos serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros (serviço regular) no Estado de São Paulo. Foram disponibilizados além do edital e todos seus anexos o Plano Diretor de Transportes desenvolvido pela Agência. As contribuições deveriam ser feitas por escrito, obedecendo ao formulário disponível no site.

O Sistema, que atualmente atende 152,8 milhões passageiros por ano em percursos que somados atingem mais de 425 milhões de quilômetros, será dividido em cinco áreas a serem licitadas: Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru e Santos. Haverá renovação das frotas e amplas melhorias no sistema de atendimento ao usuário e venda de passagens. A partir dessas áreas de operação será garantido o atendimento a todos os municípios do Estado, otimizando as atuais ligações.

As cinco áreas da licitação internacional incorporam tanto as linhas rodoviárias quanto as suburbanas (exceto as linhas metropolitanas operadas pela EMTU). O projeto prevê que todo centro de município tenha, partidas diárias para o polo ao qual está subordinado. Assim, municípios de cidades menores que se deslocam para trabalhar ou utilizam os serviços da cidade polo de sua região terão garantia de atendimento e melhoria na qualidade do transporte.

A divisão em polos permite que as linhas mais rentáveis subsidiem as linhas sociais, de menor ou nenhuma rentabilidade, e que a qualidade no atendimento prestado seja homogênea. O foco é eliminar de vez os eventuais casos de superlotação nos ônibus suburbanos, além de trazer um sistema com melhor qualidade e mais moderno.

- Reajuste Tarifário

Em julho de 2015, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas do transporte intermunicipal rodoviário de passageiros. Nas linhas rodoviárias foi aplicado o índice de 10,53% e nas linhas suburbanas 13,40%. O cálculo do reajuste representou a recomposição de custos operacionais entre outubro de 2013 e maio de 2015.

Além da inflação no período, que acumulou 13,7% (IPC-A), foram consideradas as variações de diversos itens como os salários da categoria reajustados em 17,1% nos acordos coletivos de maio de 2014 e maio de 2015, além do óleo diesel que subiu 16,91%.

Mesmo com a aplicação desses índices, os percentuais de reajustes acumulados para o período de julho de 1994 a maio de 2015 foram menores que os aplicados por algumas empresas gestoras do setor, como ANTT e EMTU, por exemplo.

- Cartilha dos idosos

Fazer com que o idoso conheça cada vez mais e melhor os seus direitos no transporte público é o principal objetivo da edição da cartilha “Passagem gratuita para idosos”, elaborada em parceria pela ARTESP e a Fundação Procon.

O material explica de forma didática e simples a legislação que garante, desde janeiro de 2014, ao idoso com 60 anos de idade ou mais, o direito de viajar gratuitamente nos ônibus intermunicipais rodoviários – aqueles com poltronas demarcadas, bagageiro, embarque e desembarque por uma única porta e sem catraca – do Estado de São Paulo. A lei estabelece que cada ônibus tenha dois lugares destinados à gratuidade para os idosos. Mas para garantir esse direito é necessário fazer a reserva com pelo menos 24 horas de antecedência.

No total, foram produzidas e distribuídas 500 mil cartilhas pela ARTESP e pelo Procon em 2015. O idoso também pode conhecer o material pela internet, no site da ARTESP (www.artesp.sp.gov.br) e por meio de cartazes fixados nos terminais rodoviários e folhetos à disposição do público nos guichês das companhias.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- Ouvidoria - Relacionamento com os usuários de rodovias e transporte intermunicipal de passageiros

A Artesp, por meio de sua Ouvidoria, mantém um canal de relacionamento direto e gratuito com cidadãos e usuários dos serviços regulados e fiscalizados pela Agência. Ela acolhe, trata e responde denúncias, reclamações, elogios, solicitações de informações e sugestões que lhe são encaminhadas através de diferentes canais. A saber:

- Central de Atendimento Telefônico (Linha 0800);
- E-mail (artespouvidoria@sp.sp.gov.br);
- Formulário eletrônico disponível no site da Agência (https://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/ComoPossoAjudar.aspx?cod_prestador=493);
- Atendimento presencial;
- Formulário impresso, cartas, Ofícios, requerimentos, etc.;
- Telefone direto.

A Ouvidoria da Artesp também é responsável por receber, dar encaminhamento e responder as solicitações de informações recebidas pela Agência através do SIC (Serviço de Informações ao Cidadão) e as que são encaminhadas à Agência pela Casa Civil (Assessoria Técnica de Governo e Sistema de Demandas do Governador).

Em 2015, Ouvidoria acolheu 9.994 manifestações/demandas, das quais 9.593 foram recebidas por meio dos seus canais de atendimento (telefone, formulário eletrônico, e-mail atendimento presencial etc.), 208 foram solicitações de informações do SIC (Serviço de Informações ao Cidadão) e 193 demandas da Casa Civil. Estes números apontam para um aumento de 27% no número de demandas em relação a 2014.

- Atendimento à Imprensa

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015 foram veiculadas 5.871 matérias em jornais, sites, rádios e programas de televisão sobre as ações da ARTESP, o Programa de Concessões Rodoviárias e o transporte intermunicipal de passageiros. Estas notícias tiveram como origem o trabalho desenvolvido pela Assessoria de Imprensa da Agência.

Em relação ao atendimento aos órgãos de imprensa em 2015, foram produzidos e distribuídos 125 releases, escritas 51 cartas como respostas a matérias, 41 notas e concedidas 140 entrevistas. Os órgãos de imprensa procuraram a ARTESP 1.018 vezes ao longo de 2015.

Importante destacar que neste ano a ARTESP também apareceu na imprensa internacional, principalmente em sites noticiosos de economia e infraestrutura, com matérias sobre a licitação de aeroportos e concessão de rodovias.

- Documentos recebidos

PROTOCOLOS RECEBIDOS NO ANO DE 2015

DATA	(Tudo)
PROT Nº	(Tudo)

Contar de MÊS	MÊS											
DIRETORIA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
CJ - Consultoria Jurídica	1	1	2		2	1	1	1	1	2		1
DAÍ - Diretoria de Assuntos Institucionais	57	72	122	64	59	103	90	103	105	101	92	72
DCE - Diretoria de Controle Econômico Financeiro	79	63	90	93	74	92	78	81	73	84	71	73
DGR - Diretoria Geral	144	162	237	237	243	260	360	339	373	390	287	346
DIN - Diretoria de Investimentos	644	634	762	908	679	879	916	1.118	1.048	809	815	917
DOP - Diretoria de Operações	554	537	572	528	485	472	493	611	504	400	601	645
DPL - Diretoria de Procedimentos e Logística	535	431	660	496	456	418	525	537	429	464	479	517
OUV - Ouvidoria	22	14	20	20	27	51	67	37	34	25	30	32
UGA - Unidade de Gestão Administrativa	105	96	104	110	121	121	126	76	83	146	106	105
TOTAL	2.141	2.010	2.569	2.456	2.146	2.397	2.656	2.903	2.650	2.421	2.481	2.708

OUTROS DESTAQUES

- Concessão dos Aeroportos Regionais

Governador também autorizou o lançamento de edital de concessão de lote com cinco aeroportos paulistas em, novembro de 2015. O edital de concessão dos aeroportos Antônio Ribeiro Nogueira Jr. (Itanhaém), Gastão Madeira (Ubatuba), Comandante Adolfo Rolin Amaro (Jundiaí), Campos dos Amarais (Campinas) e Arthur Siqueira (Bragança Paulista) irá contar com uma linha de financiamento específica oferecida pela Desenvolve SP.

O investimento mínimo ao longo de 30 anos de concessão será de R\$ 90,1 milhões, dos quais R\$ 32,4 milhões serão concentrados nos quatro primeiros anos. Além dos investimentos em obras, a concessão engloba ainda, a adequação, operação, equipagem e manutenção dos cinco aeroportos.

Em 2015 a ARTESP realizou a Audiência Pública em São Paulo e abriu Consulta Pública para receber as contribuições necessárias para publicar o edital em 2016.

- Concurso Público

Em 15/07/2015, foi aprovada a Lei Complementar 1.267 que instituiu o Plano de Carreiras e Classes, de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os empregados da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Esta Lei Complementar permitirá que a ARTESP tenha uma fiscalização e regulação mais eficiente, fazendo com que suas atribuições possam ser atendidas de forma completa e consistente.

Com a autorização governamental, a ARTESP já adota as providências necessárias para abertura de concurso público, visando ao preenchimento de 161 (cento e sessenta e uma) vagas de empregos públicos permanentes, às quais estão sendo providenciadas para que o certame ocorra no ano de 2016.

- Composição do Conselho Diretor

Durante o exercício de 2015 aconteceram as seguintes modificações do Conselho Diretor:

Titular/Substituto	Período
DIRETORIA GERAL	
Karla Bertocco Trindade	01 de janeiro de 2015 a 20 de janeiro de 2015 (1)
Ivan Francisco Pereira Agostinho	21 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2015 (acumulando)
Giovanni Pengue Filho	31 de janeiro de 2015 a 26 de março de 2015 (acumulando)(2)
Giovanni Pengue Filho	27 de março de 2015 a atual (nomeação) (3)
Observação: (1) Renúncia do mandato, conforme OF. DGR. 0004/2015 de 20 de janeiro de 2015 (2) Deliberação da 621ª Reunião do Conselho Diretor - substituição do Diretor Geral pelo Diretor de operações. (3) Nomeação D.O.E. 27 de março de 2015	
DIRETORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Ivan Francisco Pereira Agostinho	01 de janeiro de 2015 a 17 de março de 2015 (1)
José Valney de Figueiredo Brito	18 de março de 2015 a 06 de julho de 2015 (acumulando)
Rodrigo José Oliveira P. de Campos	07 de julho de 2015 a atual (nomeação) (2)
Observação: (1) Renúncia do mandato, conforme OF. DGR.0012/2015 de 18 de março de 2015 (2) Nomeação D.O.E. 07 de julho de 2015	
DIRETORIA DE CONTROLE ECONÔMICO E FINANCEIRO	
José Valney de Figueiredo Brito	01 de janeiro de 2015 a 04 de janeiro de 2015
Ivan Francisco Pereira Agostinho	05 de janeiro de 2015 a 24 de janeiro de 2015 (férias do titular/acumulando)
José Valney de Figueiredo Brito	25 de janeiro de 2015 a 30 de julho de 2015 (1)
Rodrigo José Oliveira P. de Campos	31 de julho de 2015 a 15 de dezembro de 2015 (acumulando)
Rafael Antônio Cren Benini	16 de dezembro a atual (2)
Observação: (1) Renúncia do mandato, conforme FD.CGD.11418/15 de 30 de julho de 2015 (2) Nomeação D.O.E. 15 de dezembro de 2015	

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS	
Theodoro de Almeida Pupo Junior	01 de janeiro de 2015 a atual
Alberto Silveira Rodrigues	14 de setembro de 2015 a 03 de outubro de 2015 (férias do titular)
DIRETORIA DE OPERAÇÕES	
Giovanni Pengue Filho	01 de janeiro de 2015 a 26 de março de 2015
Theodoro de Almeida Pupo Junior	27 de março de 2015 a 19 de junho de 2015 (acumulando)
Alberto Silveira Rodrigues	20 de junho de 2015 a atual (1)
Theodoro de Almeida Pupo Junior	29 de junho de 2015 a 18 de julho 2015 (férias do titular)
Observação: (1) Nomeação D.O.E. 20 de junho de 2015	
DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA	
Giovanni Pengue Filho	01 de janeiro de 2015 a 26 de março de 2015 (acumulando)
Theodoro de Almeida Pupo Junior	27 de março de 2015 a 30 de abril de 2015 (acumulando)
Nelson Raposo de Mello Jr	01 de maio de 2015 a atual (1)
Theodoro de Almeida Pupo Junior	15 de junho de 2015 a 04 de julho de 2015 (acumulando/férias do titular)
Observação: (1) Nomeação D.O.E. 01 de maio de 2015	

- CONCLUSÃO

Conforme exposto neste relatório, o ano de 2015 não só apresentou muitas realizações referentes ao sistema concedido de rodovias do Estado de São Paulo e do transporte intermunicipal de passageiros, mas também consolidou os desafios que estão por vir, onde destacam-se:

- a natural exigência advinda dos usuários, pelo aumento dos níveis de serviços prestados nas rodovias e no sistema de transporte coletivo intermunicipal;
- o aumento da malha concedida (novos lotes de concessão) previstas para os próximos anos;
- a crescente importância do sistema concedido de rodovias do Estado de São Paulo, para a infraestrutura do Estado e do país;
- a transição do atual modelo de transporte intermunicipal de passageiros de permissão para concessão, que possibilitará adequar as linhas existentes para as reais demandas da sociedade, assim como melhoria dos atuais níveis de serviços;
- a regulação e fiscalização de novo modal, os Aeroportos estaduais.

Ciente do cenário exposto e alinhado ao PPA (Programa do Plano Plurianual) do Estado de São Paulo, a ARTESP tem em curso a implantação de Planejamento Estratégico, que permitirá a evolução dos processos da agência, aumentando a eficiência e qualidade nas atividades de regulação e fiscalização, que devem obrigatoriamente refletir em melhores serviços aos usuários e a sociedade em geral.

São Paulo, 31 de dezembro de 2015.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2014

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP						
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015						
(Valores expressos em reais)						
RECEITA ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (A)	Receitas Realizadas (B)	Saldo = (B-A)		
Receitas correntes						
Receita Patrimonial	186.367.750,00	186.367.750,00	128.608.276,21	(57.759.473,79)		
Receita de Serviços	30.729.340,00	30.729.340,00	31.488.039,97	758.699,97		
Outras Receitas Correntes	20,00	20,00	6.868,75	6.848,75		
Subtotal de receitas	217.097.110,00	217.097.110,00	160.103.184,93	(56.993.925,07)		
Saldo de exercícios anteriores-(Utilizado como Crédito automático)-Superávit Financeiro(Receita Diferida)	0,00	70.000.000,00	0,00	(70.000.000,00)		
TOTAL	217.097.110,00	287.097.110,00	160.103.184,93	(126.993.925,07)		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (D)	Dotação Atualizada (E)	Despesas Empenhadas (F)	Despesas Liquidadas (G)	Despesas Pagas (H)	Saldo da dotação I = (E-F)
Despesas correntes						
Pessoal e Encargos Sociais-Próprio	30.966.128,00	30.966.128,00	6.175.834,14	6.175.834,14	5.621.966,66	24.790.293,86
Outras Despesas Correntes	136.130.982,00	206.130.982,00	153.196.517,17	153.196.517,17	135.140.731,88	52.934.464,83
Soma das despesas Correntes	167.097.110,00	237.097.110,00	159.372.351,31	159.372.351,31	140.762.698,54	77.724.758,69
Despesas de Capital						
Investimentos	50.000.000,00	50.000.000,00	730.833,62	730.833,62	720.933,62	49.269.166,38
Subtotal das despesas	217.097.110,00	287.097.110,00	160.103.184,93	160.103.184,93	141.483.632,16	126.993.925,07
Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	217.097.110,00	287.097.110,00	160.103.184,93	160.103.184,93	141.483.632,16	126.993.925,07
ANEXO 1 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar não Processados						
em R\$						
	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12 do Exercício Anterior				
Despesas correntes	0,00	30.022,28	19.449,70	19.449,70	10.572,58	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	30.022,28	19.449,70	19.449,70	10.572,58	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	30.022,28	19.449,70	19.449,70	10.572,58	0,00
ANEXO 2 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados						
em R\$						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldos	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12 do Exercício Anterior				
Despesas correntes	0,00	32.621.175,82	32.452.654,23	1.113.240,26	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais-Próprio		318.962,44	318.962,44			
Outras Despesas Correntes	944.718,67	32.302.213,38	32.133.691,79	1.113.240,26	0,00	
Despesas de Capital	-	1.924.505,84	1.858.897,55	65.608,29	0,00	
Investimentos	-	1.924.505,84	1.858.897,55	65.608,29	0,00	
TOTAL	944.718,67	34.545.681,66	34.311.551,78	1.178.848,55	0,00	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP						
BALANÇOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014						
(Valores expressos em reais)						
INGRESSOS	2.015	2.014	DISPÊNDIOS	2.015	2.014	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
Ordinárias			Ordinárias			
Receita Patrimonial	128.608.276,21	155.275.075,32	Pessoal e Encargos Sociais	6.175.834,14	4.509.368,87	
Receita de Serviços	31.488.039,97	30.659.711,32	Outras Despesas Correntes	153.196.517,17	167.694.671,67	
Outras Receitas Correntes	6.868,75	177.710,64	Despesas de Capital	730.833,62	13.908.456,74	
Total das Receitas Ordinárias	160.103.184,93	186.112.497,28	Total das Despesas Ordinárias	160.103.184,93	186.112.497,28	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
Inscrição de Restos a Pagar Processados	18.619.552,77	34.575.703,94	Pagtos. Restos a Pagar não Processados	34.311.551,78	89.146,85	
Outras Obrigações	863.774,55	0,00	Pagtos. Restos a Pagar Processados	19.449,70	49.306.563,91	
Variação Extraorçamentária-(Anexo 13)	67.480.860,50	22.037.388,36	Total Extra-Orçamentária	34.331.001,48	49.395.710,76	
Total Extra-Orçamentária	86.964.187,82	56.613.092,30				
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDOS P/O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Bancos c/Movimento	10.816.651,46	14.535.744,10	Bancos c/Movimento	8.981.168,42	10.816.651,46	
Aplicações Financeiras	457.016.327,53	446.079.853,35	Aplicações Financeiras	511.484.996,91	457.016.327,53	
Total Disponível	467.832.978,99	460.615.597,45	Total Disponível	520.466.165,33	467.832.978,99	
TOTAL	714.900.351,74	703.341.187,03	TOTAL	714.900.351,74	703.341.187,03	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			(Valores expressos em reais)		
ATIVO	2.015	2.014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.015	2.014
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Bancos Conta Movimento	8.981.168,42	10.816.651,46	Obrig. Trabalhista e Prev.C.Prazo	91.921,84	4.774,96
Aplicações Financeiras	511.484.996,91	457.016.327,53	Fornecedores de curto prazo	18.548.570,44	35.448.899,42
Estoques	49.680,35	130.350,40	Demais obrigações de curto prazo	952.744,74	62.189,16
Despesas a Liquidar	84.446,49	0,00	Total do Passivo Circulante	19.593.237,02	35.515.863,54
Total do Ativo Circulante	520.600.292,17	467.963.329,39	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
NÃO CIRCULANTE			Resultado dos Exercícios Anteriores	538.511.224,53	511.353.225,96
Imobilizado	106.272.370,74	106.063.758,68	Resultado do Exercício (Superávit)	68.768.201,36	27.157.998,57
Total do Ativo não Circulante	106.272.370,74	106.063.758,68	Total do Passivo não Circulante	607.279.425,89	538.511.224,53
TOTAL DO ATIVO	626.872.662,91	574.027.088,07	TOTAL DO PASSIVO	626.872.662,91	574.027.088,07
Ativo Financeiro	520.600.292,17	467.963.329,39	Passivo Financeiro	19.593.237,02	35.515.863,54
Ativo Permanente	106.272.370,74	106.063.758,68	Saldo Patrimonial	607.279.425,89	538.511.224,53
TOTAL	626.872.662,91	574.027.088,07	TOTAL	626.872.662,91	574.027.088,07
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP					
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			(Valores expressos em reais)		
QUADRO-VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				2.015	2.014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Diretos					
Receita Patrimonial				136.597.721,08	132.509.936,90
Receita de Serviços				31.494.908,72	30.837.421,96
Total				168.092.629,80	163.347.358,86
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras					
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras				59.491.415,63	44.953.540,68
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas-Financeiras				1.951.329,97	0,00
Total				61.442.745,60	44.953.540,68
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)				229.535.375,40	208.300.899,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
Pessoal e Encargos					
Remuneração a Pessoal				35.251.828,03	30.925.026,35
Encargos Patronais				1.282.601,44	1.013.391,71
				36.534.429,47	31.938.418,06
Uso de Bens, Serviços e Consumo					
Uso de Material de Consumo				7.122.688,89	6.618.265,19
Serviços				113.317.299,89	139.653.211,56
				120.439.988,78	146.271.476,75
Transferências e Delegações Concedidas					
Transferências Intergovernamentais (Doações)				522.221,56	343.505,03
Tributárias					
Contribuições				2.277.511,41	2.083.217,18
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas					
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas				993.022,82	506.283,95
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)				160.767.174,04	181.142.900,97
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO				68.768.201,36	27.157.998,57
TOTAL				229.535.375,40	208.300.899,54
QUADRO-VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS				2.015	2.014
Incorporação de Ativos				772.481,42	5.607.773,91
Incorporação de Passivos				772.481,42	5.607.773,91
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014		
	(Valores expressos em reais)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	2.015	2.014
INGRESSOS		
<u>Receitas derivadas e originárias</u>		
Receita Patrimonial	128.608.276,21	155.275.075,32
Receita de Serviços	31.494.908,72	30.837.421,96
	160.103.184,93	186.112.497,28
<u>Outros Ingressos Operacionais</u>		
Variação Extra-Orçamentária conf. (Anexo 13)	68.344.635,05	22.037.388,36
Total dos ingressos	228.447.819,98	208.149.885,64
DESEMBOLSOS		
<u>Despesas Correntes</u>		
Pessoal e Encargos	39.086.303,18	28.122.622,30
Outras Despesas Correntes	134.148.499,29	143.724.019,25
	173.234.802,47	171.846.641,55
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações (I)	55.213.017,51	36.303.244,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO (II)		
INGRESSOS		
Outras Ingressos de Investimentos	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	728.058,98	5.794.273,58
Outros Desembolso do Ativo Não Circulante	1.851.772,19	23.291.588,97
	2.579.831,17	29.085.862,55
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(2.579.831,17)	(29.085.862,55)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa (I+II)	52.633.186,34	7.217.381,54
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	2.015	2.014
Caixa e Equivalentes de caixa inicial (I)	467.832.978,99	460.615.597,45
Caixa e Equivalentes de caixa final (II)	520.466.165,33	467.832.978,99
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (II-I)	52.633.186,34	7.217.381,54
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015 E 2014

NOTA 1 – CONSTITUIÇÃO, OBJETO SOCIAL E CONTEXTO OPERACIONAL.

A ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo é uma autarquia do Governo do Estado, dotada de autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional e administrativa. Criada em 14 de janeiro de 2002 pela Lei Complementar nº 914, a Agência tem como objetivo assegurar o cumprimento de normas que regulamentam os serviços públicos delegados de transporte, assim como garantir a execução de contratos firmados entre o Estado e a iniciativa privada. Como intermediária desta relação entre Governo, concessionárias, permissionárias, autorizatárias e usuários, a Agência promove o equilíbrio dos interesses das partes.

Sendo assim, a ARTESP regula e fiscaliza o Programa de Concessões Rodoviárias, o Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros no Estado de São Paulo. Por meio de atuação técnica e independente, a Agência busca garantir rodovias mais modernas e seguras para os motoristas, bem como, mais conforto e eficiência para aqueles que se utilizam do transporte de passageiros.

Os recursos da Artesp são:

- **Concessões Rodoviárias:**

Ônus variável - Conforme contratos de concessão, o ônus variável é 3% (três por cento) da Receita Bruta de Arrecadação de Pedágio das Concessionárias. Foi autorizada na 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor de 24/06/2013 (DOE-24.06.13), a redução de 50% da outorga (ônus variável) dos lotes antigos para os meses de Agosto/13 a Outubro/13, e a partir de Dez/2013 por determinação do Conselho Diretor a redução do Ônus Variável de 3% (três por cento) para 1,5% (Um e meio por cento) é por prazo indeterminado;

3% das Receitas Acessórias previstas nos Contratos de Concessões;

- **Serviços de Transportes**

PDF (Percentual de Despesas de Fiscalização) - 2% (dois por cento) das passagens das linhas intermunicipais de transporte coletivo, nos termos do Decreto nº 29.913/89, artigo 79;

- **Aplicação Financeira:**

Rendimento relativo à aplicação no mercado financeiro dos recursos de sobra de caixa;

- **Convênios:**

Convênio firmado com a ANTT para fiscalização do transporte coletivo Federal na jurisdição do Estado de São Paulo.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1-Critérios de Elaboração:

As Demonstrações Contábeis compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Lei nº 4.320/64, da Lei Complementar 101/2000, e as adequações aos demonstrativos contábeis aplicados ao setor público, emanadas pelo CFC-Conselho Federal de Contabilidade-através da NBCT 16, resolução 1.268/09. Os dados foram extraídos do sistema SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios e do Sistema de informações Gerenciais de Execução Orçamentária-SIGEO, administrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Contadoria Geral do Estado de São Paulo).

2.2-Apresentação das Demonstrações:

2.2.1-Balanço Orçamentário

Elaborado de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/64 (anexo 12) e adequado às novas normas contabilidade, evidenciando a origem e aplicação por fonte de recursos (4-Recursos próprios).

Demonstra a Previsão da Receita e Fixação das Despesas, respectivas atualizações ocorridas no exercício e as despesas liquidadas e pagas, por conta da execução orçamentária.

O orçamento inicial da Artesp foi orçado para receitas e fixado para as despesas o valor de R\$ 217.097.110,00 (R\$ 167.097.110,00 como despesas correntes e R\$ 50.000.000,00 como investimento).

Foram utilizados, recursos provenientes do Superávit Financeiro Acumulado (Receita Diferida), como Crédito Automático proveniente do excesso de receita (arrecadação) no valor de R\$ 70.000.000,00, esse crédito foi para adequar o orçamento da ARTESP às necessidades do ano de 2015, autorizado pela Secretaria da Fazenda-DIPLAF nº 512101-1/2015 de 27/04/15 passando o orçamento para R\$ 287.097.110,00.

As execuções das despesas alcançaram o montante de R\$ 160.103.184,93, apresentando dessa forma, um superávit orçamentário no valor de R\$ 126.993.925,07, em vista da previsão atualizada de R\$ 287.097.110,00, ou R\$ 56.993.925,07 da previsão inicial de R\$ 217.097.110,00.

Apresentamos ainda os anexos 1 e 2 que são os demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e os processados relativos aos exercícios findos de 2014 e 2013, com as respectivas execuções no exercício de 2015.

A Lei 4.320/64 considera Restos a Pagar, as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro distinguindo as processadas das não processadas. Desta forma foram pagos em 2015 o valor total de R\$ 34.331.001,48, referente aos Restos a Pagar pendente até 2014, havendo o cancelamento no valor de R\$ 1.189.421,13, não restando saldos a pagar.

2.2.2-Balanco Financeiro

Elaborado de acordo com o art. 103 da Lei nº 4.320/64, o Balanco Financeiro evidencia as receita e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentarios, conjugado com os saldos de caixa do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

A diferença entre as despesas realizadas (empenhadas) e a pagas foi inscrito em restos a pagar processados no valor de R\$ 18.619.552,77, em atendimento ao art. 103 da Lei nº 4.320/64 e as práticas elencadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As disponibilidades estão representadas pelos saldos iniciais e finais das contas bancárias de movimento e nas aplicações financeiras. O resultado financeiro do exercício de 2015 foi positivo, em 2014 apresentou como saldo final de caixa o valor de R\$ 467.832.978,99, enquanto o saldo final de caixa em 2015 foi de R\$ 520.466.165,33, representando um acréscimo financeiro de 11,25%, no valor.

2.2.3-Balanco Patrimonial

Elaborado de acordo com o art. 105 da Lei nº 4.320/64, o Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente da situação patrimonial da entidade publica, por meio de contas que constituem o Ativo e o Passivo, apresentando a situação estática dos bens, direitos e obrigações e indicando o valor do Patrimônio Líquido.

A classificação dos elementos patrimoniais considera segregação em circulante e não circulante, com base em atributos conversibilidade e exigibilidade. Foram utilizados os seguintes critérios para o devido enquadramento em circulante e não circulante: a) em relação aos Ativos: como circulante os bens e direitos disponíveis para realização imediata e os que tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte; os demais ativos foram classificados como não circulante; b) em relação aos Passivos: como circulante, os valores exigíveis até o final do exercício seguinte aqueles correspondentes a valores de terceiros ou retenções em nome deles, os demais passivos foram classificados como não circulante.

Ativo Circulante

Os valores do Ativo Circulante compreendem os valores de disponíveis e vinculados em conta corrente bancária e aplicações financeiras que totalizam R\$ 520.466.165,33. Os rendimentos são registrados pelos montantes aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O valor de R\$ 49.680,35 representa o estoque para consumo imediato (material de escritório, informática e etc...).

Ativo não Circulante

São representados pelo Imobilizado que são os investimentos referentes às aquisições de bens móveis e imóveis e estão representados pelo custo de aquisição e não estão sofrendo depreciação/amortização (Portaria nº 828, de 14/12/11-art. 6º do Tesouro Nacional), aguardando instruções da Controladoria Geral do Estado, sendo:

Valores em R\$	
Bens Imóveis	71.000.000,00
Bens Móveis	35.272.370,74

Passivo Circulante

O Passivo circulante, representado pelas dívidas de curto prazo ou dívida flutuante (Restos a pagar), compreende os compromissos exigíveis cujos pagamentos independem de autorização orçamentária.

Valores em R\$	
Fornecedores Curto prazo a Pagar	18.548.570,44
Obrigações Trabalhistas	91.921,84
Outras Obrigações de Curto Prazo	952.944,74
Total da Divida Flutuante	19.593.237,02

Passivo não Circulante

Representa os compromissos assumidos a longo prazo, a ARTESP não possui compromisso não circulante de longo prazo.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido apresentou no final do exercício de 2015, o saldo positivo de R\$ 607.279.425,89 que comparado à conta de Resultados de exercícios anteriores no valor de R\$ 538.511.224,53 representou um acréscimo patrimonial de 12,77% no período.

O acréscimo patrimonial apresentado foi impactado pelo Superávit Financeiro (Receita Diferida líquida) apurado no final do exercício que totalizou R\$ 68.768.201,36, que de acordo com as normas vigentes, corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

2.2.4-Demonstração das Variações Patrimoniais

Elaborado de acordo com o art. 104 da Lei nº 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais, evidência as alterações ocorridas no patrimônio da ARTESP durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o Resultado Patrimonial do Exercício. O resultado do período, que é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, apresentou um superávit no valor de R\$ 68.768.201,36.

2.2.5-Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto (caixa), destacando o fluxo líquido das atividades operacionais, representado pelas receitas originárias (fonte 4-recursos próprios e fonte 5 - recursos vinculados do Governo Federal), para a correspondente cobertura dos desembolsos relacionados com as atividades (despesas correntes e aos investimentos). A evidenciação dos fluxos de caixa nos permite ter uma visão geral da situação das finanças da ARTESP, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimentos e de financiamento).

DA COMPARABILIDADE DE PERÍODOS

Em atendimento às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBCT 16, a ARTESP está apresentando a comparabilidade dos seguintes demonstrativos: Balanço Financeiro, Patrimonial, e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa com o exercício anterior.

Concluimos informando que todos os dados encontram-se registrados e disponibilizados no SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios).

A ARTESP não possui análise de empresa de auditoria independente. Os registros contábeis estão sujeito ao exame das autoridades competentes, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável.

PARECER DO CONSELHO DIRETOR

O Conselho Diretor da ARTESP representado pelos seus membros que nestes subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou e aprovou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo de 31-12-2015, compreendendo Balanços Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais, e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, complementadas pelas notas explicativas.

São Paulo, 25-04-2016.

Giovanni Pengue Filho - Diretoria Geral

Rodrigo José de Oliveira P. de Campos - Diretoria de Assuntos Institucionais

Rafael Antônio Cren Benini - Diretoria de Controle Econômico e Financeiro

Nelson Raposo Mello Junior - Diretoria de Procedimentos e Logística

Theodoro de Almeida Pupo Junior - Diretoria de Investimentos

Alberto Silveira Rodrigues - Diretoria de Operações

José Carlos Teixeira de Melo – Contador - CRC 1SP242890/0-4

São Paulo, 31 de dezembro de 2015.

Objeto: Execução de 7.638,33m² de recapeamento asfáltico, do tipo CBUQ, com 3,00cm de espessura e implantação de 18 unidades de rebaimento de guias, 05 unidades de nivelamento de tampões de PV, Gap e boca de lobo no Bairro Vila Cerqueira.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O MUNICÍPIO reconhece o débito decorrente do descumprimento do Convênio 1193/2010, celebrado em 01-06-2010, em virtude do não cumprimento de obrigação prevista na Cláusula Terceira, inciso II, alínea “b” do ajuste, na importância de R\$ 12.258,08, acrescida de R\$ 5.955,64, perfazendo o total de R\$ 18.213,72, conforme cálculo de fl. 321 dos autos do Processo CC 8059/2016 – Volumes I e II (antigo processo SEP 1290/2010 – Volumes I e II), obrigando-se a restituir referida quantia ao Tesouro Estadual na forma que segue abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA: O ressarcimento da quantia referida na cláusula anterior será feito em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.448,20, cada uma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recolhimento será efetuado, até o dia 10 (dez) de cada mês, em guia apropriada, mediante depósito no Banco do Brasil S/A.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O MUNICÍPIO encaminhará o respectivo comprovante do recolhimento de cada parcela à Unidade de Relacionamento com Municípios – URM, da SUB-SECRETARIA, situada na Rua Boa Vista, 150, 12º andar, Centro, São Paulo – Capital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As parcelas recolhidas com impositualidade serão acrescidas de juros moratórios de 0,5% ao mês.

CLÁUSULA TERCEIRA: O descumprimento do presente Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Débito ensejará o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as dúvidas oriundas do presente acordo e na eventual cobrança judicial do débito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ASSINATURA: 29-4-2016

Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Débito
PARTÍCIPE: CASA CIVIL E O MUNICÍPIO DE GUAIMBÉ

Processo: CC 128153/2015 - Vol. I e II (antigo processo SEP 4032/2010 - Vol. I e II)

CONVÊNIO: 1905/2010

PARECER JURÍDICO: CJ-SPG 184/2016

Objeto: Execução de obras para construção de cozinha piloto, com área de 161,02m², localizada na Rua Castro Alves, 396, Centro

CLÁUSULA PRIMEIRA: O MUNICÍPIO reconhece o débito decorrente do descumprimento parcial do Convênio 1905/2010, celebrado em 24-12-2010, em virtude do não cumprimento de obrigações previstas nas Cláusulas Terceira, inciso II, alínea “d” e Oitava do ajuste, no valor total de R\$ 12.326,16, conforme fl. 349 dos autos do Processo CC 128153/2015 – Volumes I e II (antigo processo SEP 1905/2010 – Volumes I e II), obrigando-se a restituir referida quantia ao Tesouro Estadual na forma que segue abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA: O ressarcimento da quantia referida na cláusula anterior será feito em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.027,18, cada uma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recolhimento será efetuado, até o dia 10 (dez) de cada mês, em guia apropriada, mediante depósito no Banco do Brasil S/A.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O MUNICÍPIO encaminhará o respectivo comprovante do recolhimento de cada parcela à Unidade de Relacionamento com Municípios – URM, da SUB-SECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS, situada na Rua Boa Vista, 150, 12º andar, Centro, São Paulo – Capital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As parcelas recolhidas com impositualidade serão acrescidas de juros moratórios de 0,5% ao mês.

CLÁUSULA TERCEIRA: O descumprimento do presente Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Débito ensejará o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as dúvidas oriundas do presente acordo e na eventual cobrança judicial do débito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ASSINATURA: 29-4-2016

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS

Extrato de Contrato

Instrumento de liberação de crédito não reembolsável, ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – FUNDOCAMP 019/2016. Proc.Agemcamp-Fundocamp nr. 138/2015. Despacho Jurídico AGEMCAMP 010/2016. Agente Financeiro do FUNDOCAMP: Banco do Brasil. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Morungaba. Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo Banco de crédito não reembolsável ao amparo dos recursos disponíveis do Fundocamp dos seguintes valores: R\$32.000,00, ao município beneficiário, valor a ser destinado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do Presente Instrumento. Cláusula Segunda: O repasse mencionado na Cláusula primeira do presente instrumento se destina ao desenvolvimento do projeto “Sistema Regional de Defesa Civil”, conforme Proposta Técnica avaliada pela Agemcamp. Valor R\$960,00, correspondente a 3% do valor total do repasse, à Agemcamp, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico e R\$ 320,00, correspondente a 1% do valor total do repasse, ao Banco, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 33.280,00. O prazo de vigência será de 6 (seis) meses, a contar da data da assinatura. Data da Assinatura: 06-04-2016.

Extrato de Contrato

Instrumento de liberação de crédito não reembolsável, ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – FUNDOCAMP n. 022/2016. Proc. Agemcamp-Fundocamp nr. 110/2014. Despacho Jurídico AGEMCAMP 009/2016. Agente Financeiro do FUNDOCAMP: Banco do Brasil. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D’Oeste. Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo Banco de crédito não reembolsável ao amparo dos recursos disponíveis do Fundocamp dos seguintes valores: R\$ 198.499,92 ao Município Beneficiário, valor a ser destinado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do presente Instrumento. Cláusula segunda: O repasse mencionado na cláusula primeira do presente instrumento se destina a implementação do projeto “Sistema Metropolitano de Radio-comunicação Digital”, conforme proposta técnica avaliada pela Agemcamp. Valor R\$ 5.954,99 correspondente a 3% do valor total do repasse, à Agemcamp, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico e R\$ 1.984,99, correspondente a 1% do valor total do repasse, ao Banco, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 206.439,90. O prazo de vigência será de 3 (três) meses, a contar da data da assinatura.

Data da Assinatura 13-04-2016.

Extrato de Contrato

Instrumento de liberação de crédito não reembolsável, ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – FUNDOCAMP 018/2016. Proc.Agemcamp-Fundocamp nr. 088/2015. Despacho Jurídico AGEMCAMP nº 012/2016. Agente Financeiro do FUNDOCAMP: Banco do Brasil. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Morungaba. Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo Banco de crédito não reembolsável ao amparo dos recursos disponíveis do Fundocamp dos seguintes valores: R\$70.000,00, ao município

beneficiário, valor a ser destinado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do Presente Instrumento. Cláusula Segunda: O repasse mencionado na Cláusula primeira do presente instrumento se destina a implantação do projeto “Combate a Dengue” cujo objeto é a aquisição de materiais, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. Valor R\$ 2.100,00, correspondente a 3% do valor total do repasse, à Agemcamp, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico e R\$ 700,00, correspondente a 1% do valor total do repasse, ao Banco, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 72.800,00. O prazo de vigência será de 6 (seis) meses contados da data da assinatura. Data da Assinatura: 06 de Abril de 2016.

Extrato de Contrato

Instrumento de liberação de crédito não reembolsável, ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – FUNDOCAMP 020/2016. Proc.Agemcamp-Fundocamp nr. 099/2015. Despacho Jurídico AGEMCAMP 014/2016. Agente Financeiro do FUNDOCAMP: Banco do Brasil. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Americana. Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo Banco de crédito não reembolsável ao amparo dos recursos disponíveis do Fundocamp dos seguintes valores: R\$70.000,00, ao município beneficiário, valor a ser destinado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do Presente Instrumento. Cláusula Segunda: O repasse mencionado na Cláusula primeira do presente instrumento se destina a implantação do projeto “Combate a Dengue” cujo objeto é a aquisição de materiais, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. Valor R\$ 2.100,00, correspondente a 3% do valor total do repasse, à Agemcamp, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico e R\$ 700,00, correspondente a 1% do valor total do repasse, ao Banco, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 72.800,00. O prazo de vigência será de 6 (seis) meses contados da data da assinatura. Data da Assinatura: 13-04-2016.

Extrato de Contrato

Instrumento de liberação de crédito não reembolsável, ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – FUNDOCAMP 023/2016. Proc.Agemcamp-Fundocamp nr. 025/2015. Despacho Jurídico AGEMCAMP 022/2016. Agente Financeiro do FUNDOCAMP: Banco do Brasil. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Morungaba. Clausula Primeira: Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo Banco de crédito não reembolsável ao amparo dos recursos disponíveis do Fundocamp dos seguintes valores: R\$ 150.000,00, ao MUNICIPIO BENEFICIÁRIO, valor a ser destinado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do presente instrumento. Cláusula segunda: O repasse mencionado na Clausula Primeira do presente Instrumento destina a aquisição de licença de software para compor o Sistema Regional de Videomonitoramento, conforme Proposta Técnica avaliada pela Agemcamp. Valor R\$ 4.500,00 correspondente a 3% do valor total do repasse, à Agemcamp, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico e R\$ 1.500,00, correspondente a 1% do valor total do repasse, ao Banco, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 156.000,00. O prazo de vigência será de 6 (seis) meses, a contar da data da assinatura. Data da Assinatura: 13-04-2016

Extrato de Contrato

Instrumento de liberação de crédito não reembolsável, ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – FUNDOCAMP 021/2016. Proc.Agemcamp-Fundocamp nr. 057/2015. Despacho Jurídico AGEMCAMP 013/2016. Agente Financeiro do FUNDOCAMP: Banco do Brasil. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Santa Barbara D’ Oeste. Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo Banco de crédito não reembolsável ao amparo dos recursos disponíveis do Fundocamp dos seguintes valores: R\$70.000,00, ao município beneficiário, valor a ser destinado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do Presente Instrumento. Cláusula Segunda: O repasse mencionado na Cláusula primeira do presente instrumento se destina a implantação do projeto “Combate a Dengue” cujo objeto é a aquisição de materiais, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. Valor R\$ 2.100,00, correspondente a 3% do valor total do repasse, à Agemcamp, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico e R\$ 700,00, correspondente a 1% do valor total do repasse, ao Banco, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 72.800,00. O prazo de vigência será de 6 (seis) meses contados da data da assinatura. Data da Assinatura: 13-04-2016.

Governo

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 29-4-2016

No processo CC-39790-2016 volumes I e II, em que é interessada Artesp – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, sobre Entrada em Operação de Praça de Pedágio Sul e Leste – Reversão do Agrupamento e Vistoria para Cobrança de Pedágio. Protocolado Artesp 314.986/16: “A vista dos elementos constantes do r. despacho de fls. 370/372, homologo a deliberação do Conselho Diretor da Artesp – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de fls. 363/364.”

CHEFIA DE GABINETE

Comunicado

ATA DO LEILÃO PÚBLICO SG/GS - CPI Nº 001/2016

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 11 horas, reuniram-se no “Ibirapuera Hall” localizado à Av. Ibirapuera, 2315, Moema, Município de São Paulo/ SP, o Leiloeiro Oficial Sr. Claudio Marques Hensel, Carlos Roberto Junqueira Cardozo, Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Governo, Flavia Regina B. J. Coutinho e Sérgio Nicolau Cury, membros da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Governo, Cláudia Braga Bonfiglioli Cintra, membro da Comissão Especial de Licitação Representante da CPQS e demais interessados na arrematação de lotes, para a realização do leilão público SG/GS do tipo maior lance, autorizado no processo CC 135793/2015.

O Leiloeiro deu início ao leilão efetuando a leitura resumida do edital de leilão, identificado, assim, todos os presentes quantos aos termos do referido edital.

Em seguida iniciou-se a sessão de lances, com o Leiloeiro divulgando os objetos de cada lote, bem como o valor mínimo de avaliação, e captando os lances oferecidos em viva voz pelos presentes.

Foram arrematados os seguintes lotes:

Lote 03: Imóvel localizado a 572m da Estrada Municipal Campos Novos Paulistas a Ocaçu, s/ nº, Município de Campos Novos Paulistas – SP. Matrícula nº 11.202, Livro no “2” Ficha 01 – Oficial de Registro de Imóveis de Palmital - SP. Processo: 18387/2015 - Terreno: 48.400 m2, avaliado em R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil Reais), foi arrematado pelo valor da avaliação pelo Sr. Aparício Luqueta, portador do RG nº 7545620-5, inscrito no CPF 79346880-30.

Lote 04: Imóvel localizado na Rua das Palmeiras, 122, Vila Volga, Município de Palmital – SP. Matrícula nº 9.470, Livro

2, Ficha 01, Oficial de Registro de Imóveis de Palmital – SP. Processo: 128515/2009 - Terreno: 247,80m2 - Área Construída: 78,37m2, avaliado em R\$ 62.800,00 (Sessenta e dois mil e oitocentos Reais) foi arrematado pelo valor da avaliação pelo Sr. Luiz Aparecido da Silva, portador do RG nº 13508803-3, inscrito no CPF 798885428-34 e representando através de procuração Terezinha Aparecida da Silva Cachole, portadora do RG nº 18645758, inscrita no CPF 329470008-38 e Odail Candido da Silva, portador do RG nº 8413425, inscrito no CPF 527348548-72 com cada um adquirindo 1/3 da parte ideal respectivamente.

Os lotes 01, 02, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 13 não receberam ofertas, restando, portando, sem licitante.

Nada mais havendo, foi lida e assinada a presente ata pelo Leiloeiro, pelos membros da Comissão Especial de Licitação e arrematantes acima qualificados.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CHEFIA DE GABINETE

Extrato de Termo de Aditamento ao Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 412/2014 - Processo FUSSESP 144772/2014

Partícipes: O Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Instituto Muda Brasil

Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, referido na Cláusula Primeira do convênio em epígrafe, fica alterado nos termos dos documentos inseridos às fls. 101 a 113 do Processo FUSSESP 144772/2014, que passa a integrar o ajuste para todos os fins.

Cláusula Segunda – Em face da alteração de que trata este termo aditivo, o valor total do convênio original passa a ser R\$ 107.663,96, sendo R\$ 55.163,96 de responsabilidade do FUS-SESP e R\$ 52.500,00 de responsabilidade da Entidade, na forma do detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I).

Ficam mantidas as cláusulas e disposições do convênio original cujo teor não tenha sido alterado pelo presente termo de aditamento.

Data de assinatura: 29-04-2016

Extrato de Termo de Aditamento ao Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio nº 678/2015 - Processo FUSSESP nº 87950/2015

Partícipes: O Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Instituto Muda Brasil

Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, referido na Cláusula Primeira do convênio em epígrafe, fica alterado nos termos dos documentos inseridos às fls. 125 a 130 do Processo FUSSESP nº 87950/2015, que passa a integrar o ajuste para todos os fins.

Cláusula Segunda – Em face da alteração de que trata este termo aditivo, o valor total do convênio original passa a ser R\$ 159.871,36, sendo R\$ 111.391,36 de responsabilidade do FUS-SESP e R\$ 48.480,00 de responsabilidade da Entidade, na forma do detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I).

Ficam mantidas as cláusulas e disposições do convênio original cujo teor não tenha sido alterado pelo presente termo de aditamento.

Data de assinatura: 29 de abril de 2016

Extrato de Termo de Aditamento ao Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 457/2014 - Processo FUSSESP 145803/2014

Partícipes: O Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Instituto Muda Brasil

Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, referido na Cláusula Primeira do convênio em epígrafe, fica alterado nos termos dos documentos inseridos às fls. 173 a 178 do Processo FUSSESP 145803/2014, que passa a integrar o ajuste para todos os fins.

Cláusula Segunda – Em face da alteração de que trata este termo aditivo, o valor total do convênio original passa a ser R\$ 88.108,22, sendo R\$ 37.708,22 de responsabilidade do FUSSESP e R\$ 50.400,00 de responsabilidade da Entidade, na forma do detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I).

Ficam mantidas as cláusulas e disposições do convênio original cujo teor não tenha sido alterado pelo presente termo de aditamento.

Data de assinatura: 29-04-2016

Extrato de Termo de Aditamento ao Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 474/2014 - Processo FUSSESP 145757/2014

Partícipes: O Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e a Casa de Apoio Vida Nova – CAVIN

Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, referido na Cláusula Primeira do convênio em epígrafe, fica alterado nos termos dos documentos inseridos às fls. 151 a 154 do Processo FUSSESP 145757/2014, que passa a integrar o ajuste para todos os fins.

Cláusula Segunda – Em face da alteração de que trata este termo aditivo, o valor total do convênio original passa a ser R\$ 66.973,82, sendo R\$ 37.708,22 de responsabilidade do FUSSESP e R\$ 29.265,60 de responsabilidade da Entidade, na forma do detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I).

Ficam mantidas as cláusulas e disposições do convênio original cujo teor não tenha sido alterado pelo presente termo de aditamento.

Data de assinatura: 29-04-2016

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO DIRETOR

Deliberações do Conselho Diretor, de 28-4-2016

Processo ARTESP 020.372/2016

Protocolo ARTESP 316.057/16

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo ARTESP 020.372/2016 (Protocolo ARTESP 316.057/16), o Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

AUTORIZA a abertura do procedimento, para aquisição de papel toalha interfolhas, folha simples 02 dobras, na cor branca, medindo 21 cm x 23 cm, em única parcela, para suprir as necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, através de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, a ser realizado na Bolsa Eletrônica de Compra – BEC, no valor total estimado de R\$ 23.760,00.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos da Unidade de Gestão Administrativa e D.D. Consultoria Jurídica, resultantes nos: Relatório UGA S/N (fl. 04); FD UGA 01151/16 (fl. 18); FD UGA 01161/16 (fl. 20); FD UGA 01251/16 (fl. 39); FD UGA 01257/16 (fl. 40); FD UGA 03033/16 (fl. 64); FD UGA 03036/16 (fl. 66); Relatório UGA S/N (fl. 67); FD UGA 03071/16 (fls. 88/90); Relatório Administrativo RA UGA 0045/16 (fls. 91/92); FD UGA 03078/16 (fl. 93) e Parecer CJ/ARTESP 106/2016 (fls. 42/54).

Fica por fim, ratificada toda instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pela área técnica competente.

Processo ARTESP 014.165/2012

Protocolo ARTESP 218.755/12

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo ARTESP 014.165/2012 (Protocolo ARTESP 218.755/12), o Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais,

diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

RATIFICA ato do Diretor Geral, nos termos da legislação em vigor, em especial as disposições do Decreto 27.041, de 29-05-1987, alterado pelo Decreto 27.163, de 10-07-1987, com respaldo ainda nas disposições do art. 17, caput e inciso II, alínea a, da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993, e alterações posteriores, que autorizou a doação mediante a celebração de instrumento próprio, de materiais permanentes inservíveis e obsoletos que se encontram armazenados no edifício sede da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP, compreendendo 137 (cento e trinta e sete) itens, no valor total estimado de R\$ 1.523.921,22.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos da Unidade de Gestão Administrativa e D.D. Consultoria Jurídica, resultantes nos: Relatório UGA S/N (fl. 92); FD UGA 01958/16 (fl. 96); FD UGA 02053/16 (fl. 98); FD UGA 02054/16 (fl. 99); FD UGA 02206/16 (fl. 106); FD UGA S/N (fl. 107); FD UGA 02326/16 (fl. 110); FD UGA 02828/16 (fl. 112); Relatório Administrativo RA UGA 0041/16 (fl. 113); FD UGA 02942/16 (fl. 114) e Parecer CJ/ARTESP 96/2016 (fls. 101/103).

Fica por fim, ratificada toda instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pela área técnica competente.

Processo ARTESP 019.238/2015

Protocolo ARTESP 296.599/15

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo Artesp 019.238/2015 (protocolo 296.599/15), o Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

RATIFICA o ato do Diretor Geral que com base no Relatório da Unidade de Gestão Administrativa, decide:

HOMOLOGA com fundamento no art. 3º, inciso VII, do Decreto Estadual 47.297/02 e na Lei Federal 10.520/02, o procedimento licitatório – Pregão Eletrônico 002/2016 – contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Controle integrado de pragas urbanas a serem realizados nas dependências do Prédio Sede da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em vista de sua legalidade e conveniência, que teve como vencedora a licitante RM Controle de Pragas LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob 06.303.712/0001-66, e autorizar a despesa no valor total de R\$ 1.500,00, para o período de 15 (quinze) meses.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente o pronunciamento da Unidade de Gestão Administrativa, resultante nos despachos FD UGA 02815/16 (fl. 453); FD UGA 02850/16 (fl. 480); FD UGA 02855/16 (fl. 520); FD UGA 02885/16 (fl. 521); Relatório Administrativo RA UGA 0044/16 (fls. 559/561); FD UGA 03028/16 (fl. 562).

Fica por fim, ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas competentes.

Protocolado ARTESP 323.603/2016

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Protocolado 323.603/2016, o Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

APROVA a publicação da Portaria, nos termos da minuta apresentada às fls. 03/04, que Constitui Comissão de Julgamento e Licitação – CJL para a Concorrência Pública 001/2016.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente a manifestação da Unidade de Gestão Administrativa FD UGA 03117/16 (fl. 05).

RATIFICA toda a instrução processual e determina a adoção das medidas pertinentes pela área técnica competente.

Processo ARTESP 020.898/2016

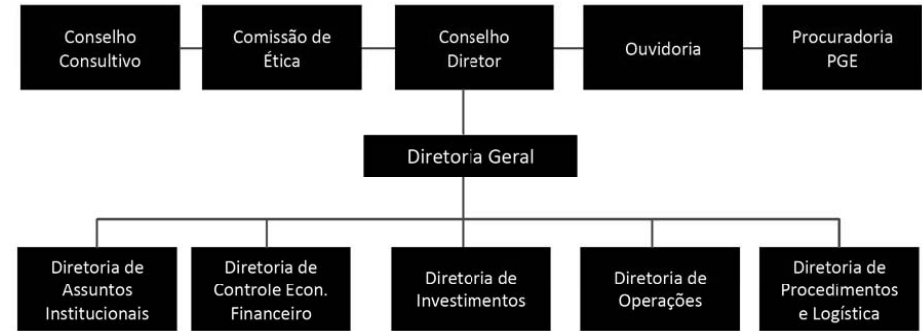
Protocolo ARTESP 322.690/16

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo ARTESP 020.898/2016 (Protocolo 322.690/16), o Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

RATIFICA o ato do Diretor Geral, que declarou inexistível a licitação na forma preconizada no artigo 25, caput e inciso II, c.c. o artigo 13, Inciso III, ambos da Lei Federal 8.666/93, e autorizou a contratação do International Finance Corporation- IFC (Grupo Banco Mundial), para a prestação de serviços técnicos especializados, visando a estruturação técnica e financeira de trechos rodoviários, para a concessão à iniciativa privada e prospeção de mercado internacional (CFI – Corporação Financeira Internacional), cujo preço ofertado é de USD 3.565.656,00, sendo composto de uma remuneração fixa de USD 2.317.676,40, correspondente a 65% do valor total, a ser paga pela ARTESP em Reais (BRL), com recursos deste exercício financeiro em parcelas sucessivas de acordo com o cronograma de execução, à taxa de câmbio do dia imediatamente anterior ao da assinatura do contrato, e outra variável de USD 1.247.979,60, ou 35% do valor total, a ser paga pelos adjudicatários dos lotes C e D, para o período de 24 meses.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos da Assessoria da Diretoria Geral, Unidade de Gestão Administrativa e DD Consultoria Jurídica resultantes nos Despachos: Relatório DGR S/N (fl. 03); OF DGR S/N (fls. 04/06); Relatório DGR S/N (fls. 95/97); FD UGA S/N (fl. 176); FD UGA S/N (fl. 178); Relatório DGR S/N (fls. 179/186); Relatório DGR S/N (fl. 263); FD UGA S/N (fl. 265); FD UGA S/N (fl. 267); Relatório Administrativo RA UGA 0022/16 (fls. 270/271); FD UGA 01388/16 (fl. 272) e Parecer CJ/ARTESP 143/2016 (fls. 189/202).

Fica, por fim, ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pela área técnica competente.



Princípios Institucionais
Missão
Incentivar o desenvolvimento e assegurar a excelência da prestação dos serviços de transporte, por meio da regulação e fiscalização, mediando os interesses dos usuários, entidades reguladas e Poder Concedente.

Visão
Ser reconhecida como referência de instituição pública na sua área de atuação.

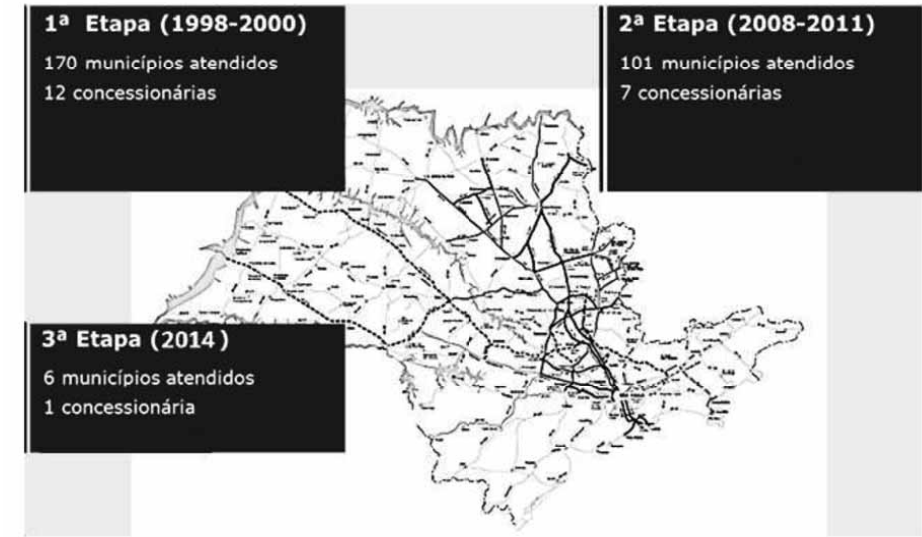
Valores
• Ética
• Transparência
• Responsabilidade Social
• Autonomia
• Inovação

Atribuições
Conforme regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 46.708, de 22 de abril de 2002, cabem à ARTESP as seguintes atribuições:

- Implementar a política estadual de transportes;
- Exercer poder regulador, elaborar modelos de concessões, permissões e autorizações;
- Garantir a prestação de serviços adequados;
- Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;
- Estimular a melhoria da prestação dos serviços públicos de transporte.

O PROGRAMA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em 1998 e adotou uma política de concessões que desonera o Estado e permite investimentos na operação e manutenção das rodovias; na realização de obras, melhorias e ampliações na malha viária; na ampliação da segurança nas rodovias com significativa redução do índice de mortes em acidentes.

O Programa de Concessões está presente em mais de 6,4 mil quilômetros de rodovias que são administrados por 20 empresas/concessionárias.



Investimentos

PROGRAMA DE CONCESSÕES						
Quadro de Desempenho Econômico – Jan/2015 a Dez/2015 em R\$ mil (*)						
INGRESSOS	RECEITA TOTAL	Pedágio	9.592.176	10.608.664	11.611.050	
		Acess/Financ	1.371.940			
	CAPITAL	Próprio	309.123	1.002.386		
		Terceiros	693.263			
DESEMBOLSOS	DESPESAS OPERACIONAIS	Cons. Rotina	398.059	1.959.227	393.296	
		Outras	1.561.168			
	DESPESAS FINAC.	Amortização	978.621	4.538.559		
		Juros	3.559.938			
	INVESTIMENTOS		1.658.982	1.658.982		11.217.754
	ÔNUS	Fixo	408.856	560.839		
		Variável	151.583			
	DES. S/ LUCRO	Impostos	1.807.760	2.500.447		
Dividendos		692.587				

(*) dados extraídos de demonstrativos financeiros não auditados e não publicados.

RECEITA ACESSÓRIA - Implantação e manutenção. Acessos - Arrendamento de áreas- AET- Excesso de carga - Exame de projeto - Apreensão de animais e veículos - Ressarcimento de seguros- sobras de arrecadação- TAP - Fibra Ótica - Fixação de painéis- Taxa de fiscalização - eventos - limpeza de pista.
CAPITAL - Próprio- Aporte dos Acionistas / Terceiros - BNDES - Debêntures - Instituições Financeiras (curto prazo).
DESPESAS OPERACIONAIS - Conservação de Rotina - Rodovias - predial - bens móveis / Outras - Salários, honorários, encargos, transportes - tributos s/ faturamento - seguros garantias -serviços contratados.

Repasso de ISSQN para os Municípios
O ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, que incide sobre as tarifas de pedágio tem sido um importante recurso para 259 municípios atravessados pelas rodovias estaduais paulistas sob concessão. As prefeituras podem investir esse recurso em áreas como saúde, segurança, educação ou infraestrutura.

Em 2015, o repasse total atingiu R\$ 451,6 milhões, mais que em 2014, quando as prefeituras arrecadaram com o imposto R\$ 444,7 milhões. A verba é repassada proporcionalmente à extensão da rodovia pedagiada que atravessa o município. O ISS começou a incidir sobre as tarifas de pedágio em 2000 e, desde então, já foram repassados para os municípios beneficiados R\$ 3,57 bilhões.

Outros serviços oferecidos para os usuários
As rodovias concedidas contam com monitoramento por câmeras, telefones de emergência instalados a cada quilômetro, veículos de inspeção de tráfego, além de um eficiente Serviço de Atendimento aos Usuários com serviços gratuitos e de qualidade, disponíveis 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Estrutura oferecida pelo Programa de Concessões:

- 142 Bases do SAL

- 147 Ambulâncias
- 195 Guinchos
- 7420 Call Box (Telefones de Emergência)
- 78 Balanças (Fixa e Móvel)
- 955 Câmeras – CFTV
- 130 Radares Fixos
- 34 Estações Metrológicas
- 367 Sensores de Tráfego
- 167 Veículos de Inspeção de Tráfego
- 326 Painéis de Mensagem Variável

Cabe à ARTESP a fiscalização, o gerenciamento operacional e o acompanhamento dos indicadores de eficiência dos equipamentos instalados ao longo das rodovias (câmeras, estações metrológicas, etc), e dos serviços oferecidos pelas concessionárias aos usuários (tempo médio de chegada de ambulâncias e guinchos para atendimento).

Em 2015 foram registrados mais de um milhão e setecentos mil atendimentos na malha concedida.

Atendimento	2012	2013	2014	2015
Atendimento Pré-Hospitalar	79.136	79.212	70.622	67.637
Socorros Mecânicos e Guinchos	852.953	841.265	805.614	786.481
Inspeção de Tráfego	818.297	787.150	827.431	918.144
Total	1.750.386	1.707.627	1.703.667	1.772.262

Viagens mais seguras - Programa de Redução de Acidentes

Os Contratos de Concessão estabelecem que cada concessionária deve apresentar bianualmente um Programa de Redução de Acidentes de Trânsito e Segurança Rodoviária - PRA, destinado a promover a melhoria da segurança do sistema viário, em conformidade com o planejamento do Poder Concedente. Esse Programa deve prever ações sobre os elementos geradores de acidentes de trânsito - a via, o veículo e o elemento humano - através de intervenções na engenharia e realização de ações operacionais, educativas e de apoio à fiscalização.

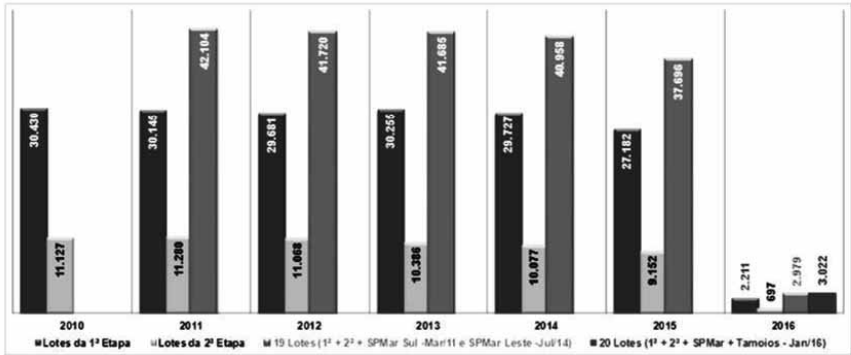
O PRA é entregue por todas as concessionárias no início de cada ano, atendendo as diretrizes estabelecidas pela ARTESP de metas anuais para a redução do número absoluto de acidentes, mortos e feridos em toda a malha. Essa meta está alinhada com a estabelecida pela ONU – Organização das Nações Unidas, que definiu a redução até 2020 de 50% no número de mortos registrados pela Polícia Militar Rodoviária em 2010.

As ações previstas nos PRAs das concessionárias são fiscalizadas in campo pela ARTESP. Além das fiscalizações, a Agência atesta também a informação sobre a quantidade de mortos prestada pelas concessionárias, obtida através dos registros efetuados em seus atendimentos. Para tanto, são comparados mensalmente os dados fornecidos pelas duas fontes que atualmente registram a quantidade de vítimas em acidentes rodoviários: as concessionárias e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, através dos registros realizados pela Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo — PMRV.

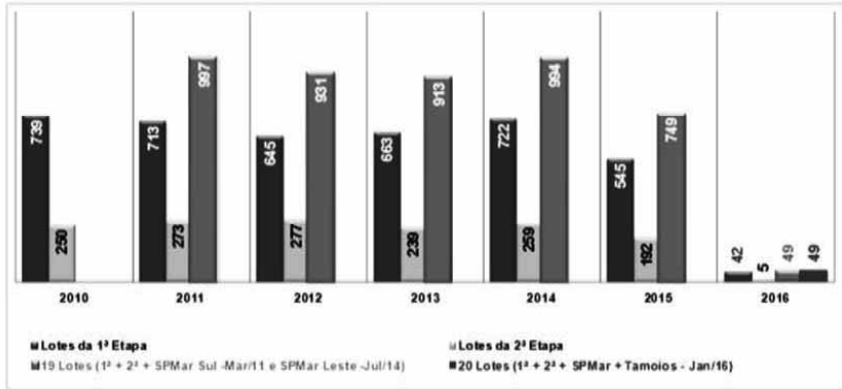
Em 2015, o sistema concedido do Estado de São Paulo atingiu as metas de redução de mortos e feridos, conforme gráficos a seguir:



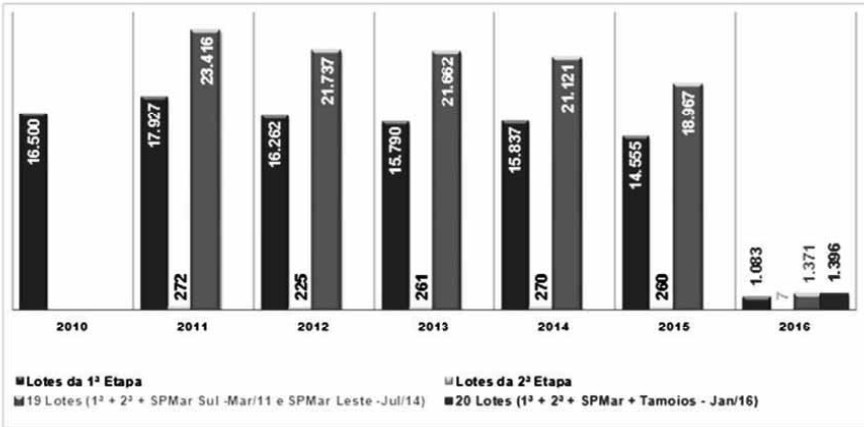
Acidentes – 20 Lotes – Evolução Anual – 2010 a Jan/2016



Mortos – 20 Lotes – Evolução Anual – 2010 a Jan/2016



Feridos – 20 Lotes – Evolução Anual – 2010 a Jan/2016



Gerenciamento de Obras

- Projetos de ampliação principal e conservação especial

A ARTESP possui um departamento que analisa e aprova projetos executivos elaborados pelas concessionárias para a implantação das obras de ampliação principal e de conservação especial do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. Incluem-se ainda nas análises, os documentos necessários para fins de desapropriação para elaboração do Decreto de Utilidade Pública.

São analisados também, os projetos referentes às obras de interesse público solicitados pela população lideira e pelos usuários da rodovia, por intermédio de autoridades locais, visando verificar a viabilidade técnica/econômica da sua inclusão no Programa. As concessionárias, por força de contrato, são obrigadas a encaminhar para a ARTESP os documentos de “as built”, ou seja, desenhos contendo um retrato da obra conforme esta foi construída. Esses documentos são analisados e aprovados pela área de projetos utilizando o mesmo procedimento adotado para os projetos de ampliação principal e de conservação especial. A seguir, quadro com os projetos e status das análises em 2015:

Lote	Concessionárias	Projetos Entregues	Aguardando Esclarecimento	Cancelado	Em Análise	Parecer EAF: Aprovação	Aprovado com Ressalvas	Em Condição de Aprovação	Superado	Arquivado	"As Built" Entregues
01	Autoban	2.228	203	-	440	-	168	138	1.279	-	437
03	Tebe	393	15	-	80	-	82	68	148	-	377
05	Vianorte	92	3	1	9	-	8	64	7	-	-
06	Intervias	512	44	-	47	-	91	190	140	-	69
08	Centrovias	156	19	-	37	-	13	63	24	-	-
09	Triângulo do Sol	136	-	-	9	-	17	39	71	-	-
10	Autovias	499	70	-	252	-	52	42	83	-	388
11	Renovias	79	-	-	1	-	1	50	27	-	2
12	Viaeste	3.189	138	-	981	-	167	176	1.727	-	79
13	Rodovias das Colinas	689	75	-	342	-	89	31	152	-	503
20	SPVias	2.114	245	4	374	-	40	255	1.196	-	7
22	Ecovias	213	26	1	71	-	16	44	55	-	778
25	SPMar	779	175	2	77	-	186	171	168	-	-
07	Rota das Bandeiras	1.200	114	1	476	-	72	135	402	-	993
16	CART	1.604	55	5	772	-	164	212	396	-	1.083
19	Via Rondon	1.829	162	-	631	-	369	247	419	-	467
21	Rodovias do Tietê	1.125	138	4	532	-	185	116	148	-	91
23	Ecopistas	295	71	3	55	-	33	76	57	-	50
24	Rodoanel Oeste	129	5	-	70	-	-	15	39	-	40
27	Tamoios	1.016	66	3	683	-	77	114	73	-	-
Total		18.277	1.624	24	5.939	-	1.830	2.246	6.611	3	5.364

- Vistorias
Em 2015 foram realizadas 4.416 vistorias em obras em andamento nos 20 Lotes sob Concessão. Fundamental para o acompanhamento do progresso da execução das obras, as vistorias buscam garantir o cumprimento das condições técnicas e os cronogramas das obras previstos nos contratos de concessão.



Número de obras vistoriadas por lote/mês

Lote-Concessionária	2015											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
01 - AutoBan	6	5	5	5	8	7	7	7	8	9	9	9
03 - Tebe	6	6	9	5	5	5	5	5	5	5	5	6
05 - Vianorte	4	4	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7
06 - Intervias	8	8	11	10	12	12	12	12	11	10	10	10
07 - Rota das Bandeiras	31	31	30	33	36	39	39	40	43	44	45	43
08 - Centrovias	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
09 - Triângulo do Sol	6	6	6	6	6	10	10	10	10	10	10	10
10 - Autovias	2	2	2	2	2	2	1	1	6	6	6	6
11 - Renovias	5	5	5	5	8	8	8	8	8	8	8	8
12 - Viaoeste	5	3	3	7	7	7	8	5	4	4	5	5
13 - Rodovias das Colinas	18	17	18	18	18	21	21	21	21	21	21	21
16 - Cart	66	43	65	55	55	52	51	51	50	50	50	49
19 - ViaRondon	23	25	26	30	28	38	35	34	38	36	30	23
20 - SPVias	15	12	7	6	8	8	8	7	7	7	7	7
21 - Rodovias do Tietê	38	35	33	32	32	31	25	26	22	20	19	18
22 - Ecovias	6	6	8	8	9	10	10	10	9	8	8	9
23 - Ecopistas	4	4	4	4	4	4	4	5	9	9	9	9
24 - Rodoanel Oeste	13	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	16
25 - SPMAR	105	106	106	106	108	108	108	108	108	103	98	99
27 - TAMOIOS	0	0	0	0	2	2	2	2	2	4	5	7
Total por mês	365	333	361	355	371	387	377	375	383	376	367	366

Além da fiscalização de obras, equipes da ARTESP também realizam vistorias de conservação de rotina para verificação do pavimento, faixa de domínio, drenagem, elementos de segurança, sinalização, estruturas, prédios e pátios operacionais e iluminação. - Obras concluídas
Em 2015, as concessionárias que atuam sob a fiscalização da ARTESP concluíram 122 obras, em conformidade com os cronogramas e com as atribuições de seus respectivos contratos. Nestas obras foram investidos R\$ 1,43 bilhão. São obras de execução, implantação, ampliação e conservação de vias marginais, retornos operacionais, ampliação de obras de artes especiais, implantação de passarelas, recapeamento, pavimentação, postos de serviço de ajuda aos usuários, duplicações, faixas adicionais, acostamentos, implantação de trevos, interseções e postos de pesagem. O investimento em obras e manutenção e o esforço de fiscalização permitem que as rodovias paulistas concedidas figurem sempre entre as melhores do país, segundo pesquisas anuais realizadas pela Confederação Nacional de Transportes (CNT).

- Serviços Concluídos

SERVIÇOS	2015	UNID.
Duplicação de rodovias	54,27	km
Dispositivos - Ampliação e reforma	31	unid.
Dispositivos	13	unid.
Implantação de faixas adicionais	67,39	km
Implantação de passarelas	5	Unid.
Implantação de posto de atendimento ao usuário	2	Unid.
Implantação / Melhoria de Pontes	2	unid.
Implantação de marginais	47	km
Recapeamento	617,77	km

- Principais obras entregues em 2015
Rodovia Anhanguera (SP 330)
Implantação de faixa adicional do Km 128+000 ao Km 147+000.
Início da obra: abril/2014.
Conclusão: abril/2015.
Investimento: R\$ 28,9 milhões (julho/2015)
Municípios beneficiados: Americana e Limeira.
Rodovia Orlando Chesini Ometto (SP 323)
Implantação de Trevo SP 323 / SP351 km 44+100.
Início da obra: fevereiro/2014.
Conclusão: fevereiro/2015.
Investimento: R\$ 3,8 milhões (julho/2015)
Municípios beneficiados: Pirangi.
Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP 083)
Implantação de Trevo no km 8+000
Início da obra: setembro/2013.
Conclusão: agosto/2015.
Investimento: R\$ 18,6 milhões (julho/2015)

Municípios beneficiados: Valinhos.
Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP 083)
Implantação do trecho Anhanguera - Bandeirantes - Contor-
no Sul de Campinas - km 12+300 ao km 18+000
Início da obra: junho/2013.
Conclusão: novembro/2015.
Investimento: R\$ 91,0 milhões (julho/2015).
Municípios beneficiados: Campinas e Valinhos.
Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP 225)
Melhorias das Vias Marginais entre o km 177+400 e o km 185+500
Início da obra: outubro/2014.
Conclusão: setembro/2015.
Investimento: R\$ 41,2 milhões (julho/2015).
Municípios beneficiados: Jaú.
Rodovia Raposo Tavares (SP 270)
Duplicação do km 592+680 ao km 614+300
Início da obra: março/2014.
Conclusão: abril/2015.

Investimento: R\$ 57,1 milhões (julho/2015)
Municípios beneficiados: Presidente Bernardes, Santo Anas-
tácio e Piquerobi.
ViaRondon (SP 300)
Marginal do km 508+000 ao km 509+647
Início da obra: junho/2015.
Conclusão: dezembro/2015.
Investimento: R\$ 2,9 milhões (julho/2015).
Municípios beneficiados: Coroados.
Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101)
Duplicação do Km 14+640 ao Km 25+700
Início da obra: abril/2012.
Conclusão: julho/2015.
Investimento: R\$ 42,6 milhões (julho/2015).
Municípios beneficiados: Hortolândia, Monte Mor.
Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308)
Duplicação do km 141+410 ao km153+500
Início da obra: novembro/2011.
Conclusão: fevereiro/2015.
Investimento: R\$ 37,5 milhões (julho/2015).
Municípios beneficiados: Capivari e Rio das Pedras.
Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP 055)
Implantação da 3ª faixa do Km 280+000 ao Km 292+000
- Pista Leste
Início da obra: junho/2014.
Conclusão: dezembro/2015.
Investimento: R\$ 51,5 milhões (julho/2015).
Municípios beneficiados: São Vicente e Praia Grande.
Rodovia Ayrton Senna da Silva (SP 070)
Implantação de faixa adicional (6ª Faixa) do Km 11+700 ao Km 19+300 - Pista Leste
Início da obra: novembro/2013.
Conclusão: novembro/2015.
Investimento: R\$ 52,8 milhões (julho/2015).
Municípios beneficiados: São Paulo e Guarulhos.
Trecho Leste do Rodoanel (SP 21)
Interligação do trecho da Rodovia Ayrton Senna à Dutra
Início da obra: agosto/2011.
Conclusão: junho/2015.
Investimento: R\$ 331,7 milhões (julho/2015).
Municípios beneficiados: Ribeirão Pires, Itaquaquecetuba,
Arujá, Mauá, Poá, Suzano e região do ABCD Paulista.
DESTAQUES RODOVIAS
-Concessão Patrocinada da Tamoios
Em 2014 a ARTESP realizou o processo licitatório da pri-
meira Parceria Público Privada (PPP) na modalidade concessão
patrocinada – Rodovia dos Tamoios. Participaram da concorrên-
cia internacional empresas nacionais, estrangeiras, fundos de
investimentos e entidades de previdência complementar – isola-
damente ou em consórcio.
A Concessionária Tamoios, ganhadora do processo, assumiu
em 18 de abril de 2015 a operação e manutenção da Rodovia
dos Tamoios, estrada que interliga São José dos Campos a Cara-
guatatuba, com objetivo de aprimorar e modernizar o caminho
para o Litoral Norte de São Paulo.
No total, a concessionária será responsável por 119,05 qui-
lômetros de rodovia, mas nesse primeiro momento responderá
apenas pelos trechos de Planalto e Serra da Tamoios (85,15 qui-
lômetros). Nos próximos anos, irá assumir ainda os Contornos
de Caraguatatuba e São Sebastião (33,9 quilômetros), trechos
que ainda estão sendo construídos sob responsabilidade da
Dersa. A concessão - que trará como benefícios a modernização
no sistema viário, com a realização de obras de adequação de
alguns trechos, e na operação, com a inclusão de tecnologia para
atendimento do usuário – beneficiará 25 milhões de usuários
por ano, e trará impactos positivos diretos para os municípios
de Caraguatatuba, Jacareí, Jambuí, São José dos Campos, São
Sebastião e Paraíbauna. A previsão é de que no pico de realização
das obras sejam gerados 2.500 empregos.
A principal obra a ser entregue pela concessionária é a
duplicação do trecho de Serra da Tamoios, entre o km 60,4 e
o km 82, totalizando 21,6 quilômetros de novas pistas, entre
Paraibuna e Caraguatatuba, passando pelo Parque Estadual da
Serra do Mar. Para preservar o meio ambiente, mais da metade
da pista será construída em túneis. Essa nova pista terá rampas
menos inclinadas do que no trecho de Serra atual e um traçado
menos sinuoso. Serão implantados túneis laterais para servir de
rota de fuga e para atendimento de emergência. Essa nova pista
terá sentido litoral-planalto, mas poderá ter mão de direção
invertida para atender aumento na demanda na direção oposta.
Logo após assumir a operação da Tamoios, a concessionária
iniciou Programa Intensivo Inicial (PII), que prevê uma série de
melhorias a serem executadas no primeiro ano de concessão,
entre as quais a substituição de dispositivos de segurança ava-
riados, operação tapa buraco, complementação e restauração da
sinalização, instalação de três bases de Serviço de Atendimento
ao Usuário provisórias, implantação do Centro de Controle Ope-
racional (CCO) da rodovia, iluminação do trecho de Serra entre o
km 64 e o km 80 e alargamento do acostamento de 10,2 metros
para 14 metros em sete pontos da via, entre outras melhorias.
- Reajuste tarifário de pedágio abaixo da inflação
As tarifas de pedágio das rodovias paulistas concedidas
foram reajustadas em 1º de julho de 2015. Conforme os con-
tratos de concessão, em 12 concessionárias foram aplicados o

IGP-M acumulado entre junho de 2014 e maio de 2015, regis-
trado em 4,11%. Os outros sete contratos de concessões rodovi-
árias de São Paulo preveem o IPC-A como índice, que registrou
8,47% no mesmo período. Após aplicar os índices, as tarifas são
arredondadas na segunda casa decimal para cima ou para baixo
a fim de facilitar o troco nas cabines de pedágio. Considerando
esses arredondamentos, a média de reajuste ficou em 5,32%
ante a inflação 8,47%. O pedágio é o principal recurso para
manter as rodovias concedidas.
- Prêmio Concessionária do ano
Para estimular melhorias constantes nos serviços prestados
pelas concessionárias, a partir de 2014, a Agência premia aque-
las que obtiverem o melhor desempenho em categorias distintas
que compõem o Prêmio "Concessionária do Ano".
O Prêmio passou a ser um importante mecanismo utilizado
pela ARTESP para o incentivo à adoção de medidas e ações que
visam garantir sempre os melhores caminhos para os usuários
das rodovias concedidas, além de inovação constante.
Participam da premiação todas as concessionárias de ro-
vias paulistas reguladas e fiscalizadas pela Artesp.
Em 2015, em sua segunda edição, a ARTESP concedeu 6
(seis) prêmios setoriais e um prêmio principal, "A Concessionária
do Ano". Os prêmios setoriais foram entregues às concessiona-
rias que obtiveram maior pontuação no somatório dos indica-
dores definidos em cada categoria. O prêmio "A Concessionária
do Ano" foi entregue para a concessionária que obteve a maior
pontuação no somatório das categorias setoriais.
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
Ganhadora: Concessionária TEBE
Esta categoria avaliou o relacionamento da concessionária
com os usuários por meio das respostas às demandas registra-
das na ouvidoria da ARTESP, da disponibilização de informações
em seus sites e também das ações e campanhas de comunicação
que a concessionária apresenta aos usuários.
SEGURANÇA RODOVIÁRIA
Ganhadora: Concessionária Vianorte
Esta categoria avaliou as medidas adotadas e os resultados
das ações que aumentam a segurança nas rodovias concedidas,
com vistas a reduzir o número de mortos e feridos nas estradas
paulistas.
QUALIDADE DOS SERVIÇOS
Ganhadora: Concessionária Rodoanel
Esta categoria avaliou os equipamentos que monitoram e
acompanham todas as movimentações nas rodovias, como call
box e câmeras por exemplo, a eficiência dos atendimentos médi-
cos e mecânicos prestados nas estradas concedidas e também a
eficácia do sistema de pagamento eletrônico de pedágio.
MELHORIAS NAS RODOVIAS
Ganhadora: Concessionária Renovias
Esta categoria avaliou e acompanhou a execução de obras,
serviços de conservação das rodovias e as condições estruturais
do pavimento.
ESCOLHA DO USUÁRIO
Ganhadora: Concessionária Autoban
Foi a realização de uma pesquisa de satisfação, em que os
usuários das rodovias deram notas para aspectos relacionados
à qualidade das rodovias (pavimento, conforto), qualidade dos
serviços prestados (guincho, socorro mecânico), estrutura de
apoio ao usuário (Call Box, Serviços de Atendimento ao Usuário,
0800) e as obras de melhorias.
INOVAÇÃO
Ganhadoras: Concessionárias Autovias e Ecopistas
Esta categoria teve como objetivo reconhecer as ações
inovadoras desenvolvidas pelas concessionárias que resultaram
em melhor prestação de serviços aos usuários das rodovias
paulistas concedidas. Premiar as concessionárias nessa cate-
goria é dar visibilidade às práticas de sucesso, contribuindo
para uma melhoria constante nos serviços prestados pelas
concessionárias.
A premiação final "A Concessionária do Ano" foi entregue a
Concessionárias Renovias.
- Pesquisa CNT 2015: São Paulo tem as melhores rodovias
do país
Das 20 melhores rodovias avaliadas pela 19ª edição da
Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), 19
integram o Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de
São Paulo, fiscalizado pela ARTESP. As melhores classificadas no
ranking criado nas últimas dez edições das pesquisas CNT são
rodovias sob concessão.
As dez melhores rodovias do ranking de 2015 passam pelo
Estado de São Paulo e apresentam 99,1% dos trechos avaliados
como ótimos ou bons. Ainda de acordo com o levantamento,
78,3% de toda a malha concedida avaliada teve o estado geral
classificado como ótimo ou bom. Nas vias públicas, há uma
situação inversa. A maior parte da extensão pesquisada (65,9%)
apresenta algum tipo de deficiência no estado geral, sendo
38,7% regular, 19%, 4 ruim e 7,8 péssimo. Somente 34,1% da
extensão foram classificadas como ótimas ou boas.
A 19ª edição da pesquisa CNT avaliou mais de 100 mil qui-
lômetros de estradas em todo o país. No Estado de São Paulo, o
levantamento foi feito em 9.650 quilômetros, abrangendo rodo-
vias concedidas e públicas, estaduais e federais. Foram levados
em conta aspectos do pavimento, sinalização e geometria da via.

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por quali-
dade total e transparência, com um canal direto de
comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 - São Paulo

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Confira a lista com as 10 melhores rodovias do país:

	Trecho	Rodovia	Concessionária
1º	São Paulo – Limeira (SP)	SP-310 / SP-348	AutoBAn
2º	Bauru – Itirapina	SP-225	Centrovias
3º	São Paulo – Taubaté	SP-70	Ecopistas
4º	Ribeirão Preto – Borborema	SP-330 / SP-333	Triângulo do Sol
5º	São Paulo – Itaí – Espírito Santo do Turvo	SP-280	ViaOeste, Rodovia das Colinas, SPVias
6º	São Paulo - Uberaba (MG)	SP-330	AutoBan, Autovias, Intervias, Vianorte
7º	Barretos – Bueno de Andrade	SP-326	Triângulo do Sol, Tebe
8º	Limeira - S. José do Rio Preto	SP-310 / SP-330	AutoBan, Triângulo do Sol, Centrovias
9º	Engenheiro Miller (Avaré-SP) – Jupiá (Castilho-SP)	SP-209 / SP-300	Rodovias do Tietê, ViaRondon
10º	Araraquara - São Carlos - Franca - Itirapuã	SP-255 / SP-318 / SP-334 / SP-345	Triângulo do Sol e Autovias

- Campanha de Segurança

Para ressaltar a importância do uso do cinto de segurança, inclusive no banco traseiro, a ARTESP realizou durante todo o ano de 2015, uma campanha publicitária mostrando as desculpas de quem não usa o equipamento – “a gente vai só até a cidade aqui do lado” ou “qualquer coisa o banco da frente segura”. E alertava para uma importante razão para usar o cinto: “sua vida e a vida de quem você ama”.

Além da campanha, a Agência realizou pesquisas ao longo do ano para verificar se houve mudança de comportamento dos usuários. Na amostra colhida nas rodovias em dezembro de 2014, verificou-se um dado alarmante, que mostrou que 54% dos passageiros do banco traseiro não utilizavam o cinto. A pesquisa foi realizada nas praças de pedágio das rodovias sob concessão por meio da observação dos ocupantes dos veículos que paravam nesses locais. Usando a mesma metodologia, em agosto de 2015, foi verificado que 38% dos ocupantes da parte de trás do veículo não utilizavam esse equipamento de segurança. Uma boa evolução nas rodovias paulistas sob concessão, após intensa campanha de conscientização na mídia e nas próprias rodovias.

A campanha da ARTESP e concessionárias – com ênfase na importância de utilizar o cinto também na parte de trás do veículo - começou no início de janeiro de 2015 e contou com peças divulgadas em rádios, emissoras de TV, internet e jornais, além da distribuição de folhetos nas rodovias sob concessão, exibição de mensagens em faixas e nos painéis de mensagens das estradas e ações com o Simulador de Impacto, equipamento que mostra de maneira lúdica a força de uma colisão com um veículo.

- Novas concessões de rodovias do Estado de São Paulo

Anunciado pelo Governador Geraldo Alckmin em 19 de novembro de 2015, trata-se da 4ª etapa do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo, que trará melhorias significativas de mobilidade no Estado. Conforme anúncio realizado, a nova etapa foi idealizada para compreender 4 lotes:

Lote A – Extensão de 116 km, Municípios beneficiados 7 com tráfego estimado em 50 mil veículos/dia: Consiste na duplicação



É parte das atribuições da Agência: a análise e proposição de soluções para alterações no esquema operacional do Transporte Coletivo Intermunicipal Regular; autorização, renovação e alteração de registro no serviço de fretamento; cisão, incorporação, fusão de empresas e transferência ou alteração de controle societário; cadastro de empresas; auditoria de instalações, garagens e veículos; aprovação de veículos e emissão de Declarações de Vistorias de Veículos e credenciamento de engenheiro mecânico para vistorias.

Em 2015, o Sistema operava da seguinte forma:

	Rodoviário	Suburbano	Estudantes	Fretamento	Total
Empresas	104		93	529	649
Linhas	607	398	-	-	1.062
Veículos	2.711	1.397	122	13.002	17.502
Idade média da frota	4,8	6	2,5	6	6

- Fiscalização

O papel da ARTESP é garantir a qualidade, o conforto e principalmente a segurança dos milhares passageiros transportados diariamente. Para isso, a Agência investe na fiscalização dos serviços, realizando auditoria de frota, garagem e instalações; ações fiscais na operação das linhas regulares, nos terminais rodoviários e nas rodovias; ações fiscais na operação de viagens sob regime de fretamento e estudantes; ações fiscais para repressão do transporte intermunicipal irregular.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO (jan/2011 - dez/2015)

FISCALIZAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
VEÍCULOS FISCALIZADOS	98.862	96.044	101.874	104.204	91.910
APREENSÕES	2.144	1.862	1.554	1.087	809
NOTIFICAÇÕES	4.023	3.482	4.463	5.495	5.419
Nº DE MULTAS	6.460	3.566	2.481	3.406	5.831
Vistorias de garagens, instalações e frota					
Empresas vistoriadas	538				
Veículos vistoriados	1.641				

Garagens e instalações vistoriadas 54

DESTAQUES TRANSPORTE COLETIVO

- Concessão do Transporte de Passageiros Intermunicipal

Anunciado, também, pelo Governador Geraldo Alckmin em 19 de novembro de 2015, o Plano de Concessão desenvolvido pela ARTESP faz parte do Decreto nº 61.635/2015 que dispõe sobre a concessão dos serviços rodoviários de transporte coletivo intermunicipal regular de passageiros nas áreas de operação do Estado de São Paulo, aprova seu respectivo regulamento, e dá providências correlatas, autorizando a presente licitação.

Para dar início ao processo licitatório, a ARTESP realiza Audiências Públicas para apresentar o Projeto de concessão para prestação e exploração dos serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros (serviço regular) no Estado de São Paulo. As audiências foram realizadas nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Santos e Bauru, além da capital, São Paulo nas seguintes datas e com a seguinte participação:

- Em 08 de dezembro de 2015 em São Paulo contando com 98 participantes e 15 perguntas realizadas e respondidas;
- Em 09 de dezembro em Santos, com 24 participantes e 15 perguntas;
- Em 10 de dezembro em Campinas com 57 participantes e 10 perguntas;

- Em 14 de dezembro em São José do Rio Preto, 33 participantes e 7 perguntas;
- Em 15 de dezembro em Ribeirão Preto, 47 participantes e 36 perguntas;
- E em 16 de dezembro em Bauru, com 39 participantes e 29 perguntas.

Finalizadas as audiências públicas, em 23 de dezembro de 2015 a ARTESP publicou a abertura da Consulta Pública nº 02/2015 sobre o projeto de concessão para prestação e exploração dos serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros (serviço regular) no Estado de São Paulo. Foram disponibilizados além do edital e todos seus anexos o Plano Diretor de Transportes desenvolvido pela Agência. As contribuições deveriam ser feitas por escrito, obedecendo ao formulário disponível no site.

O Sistema, que atualmente atende 152,8 milhões passageiros por ano em percursos que somados atingem mais de 425 milhões de quilômetros, será dividido em cinco áreas a serem licitadas: Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru e Santos. Haverá renovação das frotas e amplas melhorias no sistema de atendimento ao usuário e venda de passagens. A partir dessas áreas de operação será garantido o atendimento a todos os municípios do Estado, otimizando as atuais ligações. As cinco áreas da licitação internacional incorporam tanto as linhas rodoviárias quanto as suburbanas (exceto as linhas metropolitanas operadas pela EMTU). O projeto prevê que todo centro de município tenha, partidas diárias para o polo ao qual está subordinado. Assim, municípios de cidades menores que se deslocam para trabalhar ou utilizam os serviços da cidade polo de sua região terão garantia de atendimento e melhoria na qualidade do transporte.

A divisão em polos permite que as linhas mais rentáveis subsidiem as linhas sociais, de menor ou nenhuma rentabilidade, e que a qualidade no atendimento prestado seja homogênea. O foco é eliminar de vez os eventuais casos de superlotação nos ônibus suburbanos, além de trazer um sistema com melhor qualidade e mais moderno.

- Reajuste Tarifário

Em julho de 2015, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas do transporte intermunicipal rodoviário de passageiros. Nas linhas rodoviárias foi aplicado o índice de 10,53% e nas linhas suburbanas 13,40%. O cálculo do reajuste representou a recomposição de custos operacionais entre outubro de 2013 e maio de 2015.

Além da inflação no período, que acumulou 13,7% (IPC-A), foram consideradas as variações de diversos itens como os salários da categoria reajustados em 17,1% nos acordos coletivos de maio de 2014 e maio de 2015, além do óleo diesel que subiu 16,91%.

Mesmo com a aplicação desses índices, os percentuais de reajustes acumulados para o período de julho de 1994 a maio de 2015 foram menores que os aplicados por algumas empresas gestoras do setor, como ANTT e EMTU, por exemplo.

- Cartilha dos idosos

Fazer com que o idoso conheça cada vez mais e melhor os seus direitos no transporte público é o principal objetivo da edição da cartilha “Passagem gratuita para idosos”, elaborada em parceria pela ARTESP e a Fundação Procon.

O material explica de forma didática e simples a legislação que garante, desde janeiro de 2014, ao idoso com 60 anos de

- Documentos recebidos

PROTOCOLOS RECEBIDOS NO ANO DE 2015											
DATA	(Todos)										
PROT Nº	(Todos)										
Contar de MÊS	MÊS										
DIRETORIA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO/DEZEMBRO
CJ - Consultoria Jurídica	1	1	2			2	1	1	1	2	1
DAL - Diretoria de Assuntos Institucionais	57	72	122	84	39	103	96	103	105	101	92
DCE - Diretoria de Controle Econômico Financeiro	79	83	90	93	74	76	81	73	84	71	73
DGP - Diretoria Geral	144	169	237	237	243	360	360	339	373	396	287
DIN - Diretoria de Investimentos	644	634	762	908	679	879	915	1.118	1.048	809	815
DOP - Diretoria de Operações	354	537	572	528	485	472	493	611	504	400	601
DPL - Diretoria de Procedimentos e Logística	535	431	800	496	458	418	525	537	429	484	479
OLV - Ouvidoria	22	14	20	20	27	51	67	37	34	25	30
UGA - Unidade de Gestão Administrativa	105	96	104	110	121	121	126	76	83	146	106
TOTAL	2.141	2.610	2.569	2.456	2.146	2.397	2.656	2.901	2.650	2.421	2.481

OUTROS DESTAQUES

- Concessão dos Aeroportos Regionais

Governador também autorizou o lançamento de edital de concessão de lote com cinco aeroportos paulistas em, novembro de 2015. O edital de concessão dos aeroportos Antônio Ribeiro Nogueira Jr. (Itanhaém), Gastão Madeira (Ubatuba), Comandante Adolfo Rolin Amaro (Jundiaí), Campos dos Amarais (Campinas) e Arthur Siqueira (Bragança Paulista) irá contar com uma linha de financiamento específica oferecida pela Desenvolve SP.

O investimento mínimo ao longo de 30 anos de concessão será de R\$ 90,1 milhões, dos quais R\$ 32,4 milhões serão concentrados nos quatro primeiros anos. Além dos investimentos em obras, a concessão engloba ainda, a adequação, operação, equipagem e manutenção dos cinco aeroportos.

Em 2015 a ARTESP realizou a Audiência Pública em São Paulo e abriu Consulta Pública para receber as contribuições necessárias para publicar o edital em 2016.

- Concurso Público

Em 15/07/2015, foi aprovada a Lei Complementar 1.267 que instituiu o Plano de Carreiras e Classes, de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os empregados da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Esta Lei Complementar permitirá que a ARTESP tenha uma fiscalização e regulação mais eficiente, fazendo com que suas atribuições possam ser atendidas de forma completa e consistente.

Com a autorização governamental, a ARTESP já adota as providências necessárias para abertura de concurso público, visando ao preenchimento de 161 (cento e sessenta e uma) vagas de empregos públicos permanentes, às quais estão sendo providenciadas para que o certame ocorra no ano de 2016.

- Composição do Conselho Diretor

Durante o exercício de 2015 aconteceram as seguintes modificações do Conselho Diretor:

Titular/Substituto	Período
Karla Bertocco Trindade (1)	01 de janeiro de 2015 a 20 de janeiro de 2015
Ivan Francisco Pereira Agostinho (acumulando)	21 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2015
Giovanni Pengue Filho (acumulando)(2)	31 de janeiro de 2015 a 26 de março de 2015
Giovanni Pengue Filho	27 de março de 2015 a atual (nomeação) (3)
Observação:	
(1) Renúncia do mandato, conforme OF. DGR. 0004/2015 de 20 de janeiro de 2015	
(2) Deliberação da 621ª Reunião do Conselho Diretor - substituição do Diretor Geral pelo Diretor de operações.	
(3) Nomeação D.O.E. 27 de março de 2015	
DIRETORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Ivan Francisco Pereira Agostinho	01 de janeiro de 2015 a 17 de março de 2015 (1)
José Valney de Figueiredo Brito (acumulando)	18 de março de 2015 a 06 de julho de 2015
Rodrigo José Oliveira P. de Campos	07 de julho de 2015 a atual (nomeação) (2)
Observação:	
(1) Renúncia do mandato, conforme OF. DGR.0012/2015 de 18 de março de 2015	
(2) Nomeação D.O.E. 07 de julho de 2015	
DIRETORIA DE CONTROLE ECONÔMICO E FINANCEIRO	
José Valney de Figueiredo Brito	01 de janeiro de 2015 a 04 de janeiro de 2015
Ivan Francisco Pereira Agostinho (férias do titular/acumulando)	05 de janeiro de 2015 a 24 de janeiro de 2015
José Valney de Figueiredo Brito	25 de janeiro de 2015 a 30 de julho de 2015 (1)

idade ou mais, o direito de viajar gratuitamente nos ônibus intermunicipais rodoviários – aqueles com poltronas demarcadas, bagageiro, embarque e desembarque por uma única porta e sem catraca – do Estado de São Paulo. A lei estabelece que cada ônibus tenha dois lugares destinados à gratuidade para os idosos. Mas para garantir esse direito é necessário fazer a reserva com pelo menos 24 horas de antecedência.

No total, foram produzidas e distribuídas 500 mil cartilhas pela ARTESP e pelo Procon em 2015. O idoso também pode conhecer o material pela internet, no site da ARTESP (www.artesp.sp.gov.br) e por meio de cartazes fixados nos terminais rodoviários e folhetos à disposição do público nos guichês das companhias.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- Ouvidoria - Relacionamento com os usuários de rodovias e transporte intermunicipal de passageiros

A Artesp, por meio de sua Ouvidoria, mantém um canal de relacionamento direto e gratuito com cidadãos e usuários dos serviços regulados e fiscalizados pela Agência. Ela acolhe, trata e responde denúncias, reclamações, elogios, solicitações de informações e sugestões que lhe são encaminhadas através de diferentes canais. A saber:

- Central de Atendimento Telefônico (Linha 0800);
- E-mail (artespouvidoria@sp.sp.gov.br);
- Formulário eletrônico disponível no site da Agência (https://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/ComoPossoAjudar.aspx?cod_prestador=493);
- Atendimento presencial;
- Formulário impresso, cartas, Ofícios, requerimentos, etc.;
- Telefone direto.

A Ouvidoria da Artesp também é responsável por receber, dar encaminhamento e responder as solicitações de informações recebidas pela Agência através do SIC (Serviço de Informações ao Cidadão) e as que são encaminhadas à Agência pela Casa Civil (Assessoria Técnica de Governo e Sistema de Demandas do Governador).

Em 2015, Ouvidoria acolheu 9.994 manifestações/demandas, das quais 9.593 foram recebidas por meio dos seus canais de atendimento (telefone, formulário eletrônico, e-mail atendimento presencial etc.). 208 foram solicitações de informações do SIC (Serviço de Informações ao Cidadão) e 193 demandas da Casa Civil. Estes números apontam para um aumento de 27% no número de demandas em relação a 2014.

- Atendimento à Imprensa

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015 foram veiculadas 5.871 matérias em jornais, sites, rádios e programas de televisão sobre as ações da ARTESP, o Programa de Concessões Rodoviárias e o transporte intermunicipal de passageiros. Estas notícias tiveram como origem o trabalho desenvolvido pela Assessoria de Imprensa da Agência.

Em relação ao atendimento aos órgãos de imprensa em 2015, foram produzidos e distribuídos 125 releases, escritas 51 cartas como respostas a matérias, 41 notas e concedidas 140 entrevistas. Os órgãos de imprensa procuraram a ARTESP 1.018 vezes ao longo de 2015.

Importante destacar que neste ano a ARTESP também apareceu na imprensa internacional, principalmente em sites noticiosos de economia e infraestrutura, com matérias sobre a licitação de aeroportos e concessão de rodovias.

Rodrigo José Oliveira P. de Campos 31 de julho de 2015 a 15 de dezembro de 2015 (acumulando)

Rafael Antônio Cren Benini 16 de dezembro a atual (2)

Observação:

(1) Renúncia do mandato, conforme FD.CGD.11418/15 de 30 de julho de 2015

(2) Nomeação D.O.E. 15 de dezembro de 2015

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

Theodoro de Almeida Pupo Junior 01 de janeiro de 2015 a atual

Alberto Silveira Rodrigues 14 de setembro de 2015 a 03 de outubro de 2015 (férias do titular)

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Giovanni Pengue Filho 01 de janeiro de 2015 a 26 de março de 2015

Theodoro de Almeida Pupo Junior 27 de março de 2015 a 19 de junho de 2015 (acumulando)

Alberto Silveira Rodrigues 20 de junho de 2015 a atual (1)

Theodoro de Almeida Pupo Junior 29 de junho de 2015 a 18 de julho 2015 (férias do titular)

Observação:

(1) Nomeação D.O.E. 20 de junho de 2015

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

Giovanni Pengue Filho 01 de janeiro de 2015 a 26 de março de 2015 (acumulando)

Theodoro de Almeida Pupo Junior 27 de março de 2015 a 30 de abril de 2015 (acumulando)

Nelson Raposo de Mello Jr 01 de maio de 2015 a atual (1)

Theodoro de Almeida Pupo Junior 15 de junho de 2015 a 04 de julho de 2015 (acumulando/férias do titular)

Observação:

(1) Nomeação D.O.E. 01 de maio de 2015

- CONCLUSÃO

Conforme exposto neste relatório, o ano de 2015 não só apresentou muitas realizações referentes ao sistema concedido de rodovias do Estado de São Paulo e do transporte intermunicipal de passageiros, mas também consolidou os desafios que estão por vir, onde destacam-se:

- a natural exigência advinda dos usuários, pelo aumento dos níveis de serviços prestados nas rodovias e no sistema de transporte coletivo intermunicipal;
- o aumento da malha concedida (novos lotes de concessão) previstas para os próximos anos;
- a crescente importância do sistema concedido de rodovias do Estado de São Paulo, para a infraestrutura do Estado e do país;
- a transição do atual modelo de transporte intermunicipal de passageiros de permissão para concessão, que possibilitará adequar as linhas existentes para as reais demandas da sociedade, assim como melhoria dos atuais níveis de serviços;
- a regulação e fiscalização de novo modal, os Aeroportos estaduais.

Ciente do cenário exposto e alinhado ao PPA (Programa do Plano Plurianual) do Estado de São Paulo, a ARTESP tem em curso a implantação de Planejamento Estratégico, que permitirá a evolução dos processos da agência, aumentando a eficiência e qualidade nas atividades de regulação e fiscalização, que devem obrigatoriamente refletir em melhores serviços aos usuários e a sociedade em geral.

São Paulo, 31 de dezembro de 2015.

A Administração,

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2014

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP						
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015						
(Valores expressos em reais)						
RECEITA ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (A)	Receitas Realizadas (B)		Saldo = (B-A)	C
Receitas correntes						
Receita Patrimonial	186.367.750,00	186.367.750,00	128.608.276,21		(57.759.473,79)	
Receita de Serviços	30.729.340,00	30.729.340,00	31.488.039,97		758.699,97	
Outras Receitas Correntes	20,00	20,00	6.868,75		6.848,75	
Subtotal de receitas	217.097.110,00	217.097.110,00	160.103.184,93		(56.993.925,07)	
Saldo de exercícios anteriores(Utilizado como Crédito automático)-Superávit Financeiro(Receita Diferida)	0,00	70.000.000,00	0,00		(70.000.000,00)	
TOTAL	217.097.110,00	287.097.110,00	160.103.184,93		(126.993.925,07)	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
	Dotação Inicial (D)	Dotação Atualizada (E)	Despesas Empenhadas (F)	Despesas Liquidadas (G)	Despesas Pagas (H)	Saldo da dotação I = (E-F)
Despesas correntes						
Pessoal e Encargos Sociais-Próprio	30.966.128,00	30.966.128,00	6.175.834,14	6.175.834,14	5.621.966,66	24.790.293,86
Outras Despesas Correntes	136.130.982,00	206.130.982,00	153.196.517,17	153.196.517,17	135.140.731,88	52.934.464,83
Soma das despesas Correntes	167.097.110,00	237.097.110,00	159.372.351,31	159.372.351,31	140.762.698,54	77.724.758,69
Despesas de Capital						
Investimentos	50.000.000,00	50.000.000,00	730.833,62	730.833,62	720.933,62	49.269.166,38
Subtotal das despesas	217.097.110,00	287.097.110,00	160.103.184,93	160.103.184,93	141.483.632,16	126.993.925,07
Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	217.097.110,00	287.097.110,00	160.103.184,93	160.103.184,93	141.483.632,16	126.993.925,07
ANEXO 1 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar não Processados em R\$						
Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12 do Exercício Anterior	Liquidades	Pagos	Cancelados	Saldos
Despesas correntes	0,00	30.022,28	19.449,70	19.449,70	10.572,58	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	30.022,28	19.449,70	19.449,70	10.572,58	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	30.022,28	19.449,70	19.449,70	10.572,58	0,00
ANEXO 2 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados em R\$						
Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12 do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldos	
Despesas correntes	0,00	32.621.175,82	32.452.654,23	1.113.240,26	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais-Próprio		318.962,44	318.962,44			
Outras Despesas Correntes		944.718,67	32.133.691,79	1.113.240,26		
Despesas de Capital		1.924.505,84	1.858.897,55	65.608,29	0,00	
Investimentos		1.924.505,84	1.858.897,55	65.608,29	0,00	
TOTAL		944.718,67	34.545.681,66	34.311.551,78	1.178.848,55	0,00
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP						
BALANÇOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014						
(Valores expressos em reais)						
INGRESSOS	2.015	2.014	DISPÊNDIOS	2.015	2.014	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
Ordinárias						
Receita Patrimonial	128.608.276,21	155.275.075,32	Pessoal e Encargos Sociais	6.175.834,14	4.509.368,87	
Receita de Serviços	31.488.039,97	30.659.711,32	Outras Despesas Correntes	153.196.517,17	167.694.671,67	
Outras Receitas Correntes	6.868,75	177.710,64	Despesas de Capital	730.833,62	13.908.456,74	
Total das Receitas Ordinárias	160.103.184,93	186.112.497,28	Total das Despesas Ordinárias	160.103.184,93	186.112.497,28	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA						
Inscrição de Restos a Pagar Processados	18.619.552,77	34.575.703,94	Pagtos. Restos a Pagar não Processados	34.311.551,78	89.146,85	
Outras Obrigações	863.774,55	0,00	Pagtos. Restos a Pagar Processados	19.449,70	49.306.563,91	
Varição Extra-Orçamentária-(Anexo 13)	67.480.860,50	22.037.389,36	Total Extra-Orçamentária	34.331.001,48	49.395.710,76	
Total Extra-Orçamentária	86.964.187,82	56.613.092,30				
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR						
Bancos c/Movimento	10.816.651,46	14.535.744,10	Bancos c/Movimento	8.981.168,42	10.816.651,46	
Aplicações Financeiras	457.016.327,53	446.079.853,35	Aplicações Financeiras	511.484.996,91	457.016.327,53	
Total Disponível	467.832.978,99	460.615.597,45	Total Disponível	520.466.165,33	467.832.978,99	
TOTAL	714.900.351,74	703.341.187,03	TOTAL	714.900.351,74	703.341.187,03	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP						
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014						
(Valores expressos em reais)						
ATIVO	2.015	2.014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.015	2.014	
CIRCULANTE						
Bancos Conta Movimento	9.981.168,42	10.816.651,46	Obrig. Trabalhista e Prev.C.Prazo	91.921,84	4.774,96	
Aplicações Financeiras	511.484.996,91	457.016.327,53	Fornecedores de curto prazo	18.548.570,44	35.448.899,42	
Despesas a Liquidar	49.680,35	130.350,40	Demais obrigações de curto prazo	952.744,74	82.189,16	
	84.446,49	0,00	Total do Passivo Circulante	19.593.237,02	35.515.863,54	
Total do Ativo Circulante	520.600.292,17	467.963.329,39	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
NÃO CIRCULANTE						
Investido	106.272.370,74	106.063.758,68	Resultado dos Exercícios Anteriores	538.511.224,53	511.363.225,96	
Total do Ativo não Circulante	106.272.370,74	106.063.758,68	Resultado do Exercício (Superávit)	68.768.201,36	27.157.998,57	
TOTAL DO ATIVO	106.322.051,09	106.194.109,08	TOTAL DO PASSIVO	607.279.425,89	538.511.224,53	
Ativo Financeiro	520.600.292,17	467.963.329,39	Passivo Financeiro	626.872.662,91	574.027.088,07	
Ativo Permanente	106.272.370,74	106.063.758,68	Saldo Patrimonial	19.593.237,02	35.515.863,54	
TOTAL	626.872.662,91	574.027.088,07	TOTAL	607.279.425,89	538.511.224,53	
				626.872.662,91	574.027.088,07	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP						
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014						
(Valores expressos em reais)						
QUADRO-VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				2.015	2.014	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				Exercício Atual	Exercício Anterior	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Diretos				136.597.721,08	132.509.936,90	
Receita Patrimonial				31.484.908,72	30.837.421,96	
Receita de Serviços				168.092.629,80	163.347.358,86	
Total				59.491.415,63	44.953.540,68	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras				1.951.329,97	0,00	
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras				61.442.745,60	44.953.540,68	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas-Financeiras						
Total				229.535.375,40	208.300.899,54	
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)						
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS						
Pessoal e Encargos				35.251.828,03	30.925.026,35	
Remuneração a Pessoal				1.282.601,44	1.013.391,71	
Encargos Patronais				36.534.429,47	31.938.418,06	
Uso de Bens, Serviços e Consumo				7.122.688,89	6.618.265,19	
Uso de Material de Consumo				113.317.299,89	139.653.211,56	
Serviços				120.439.988,78	146.271.476,75	
Transferências e Delegações Concedidas				522.221,56	343.505,03	
Transferências Intergovernamentais (Doações)				2.277.511,41	2.083.217,18	
Tributárias				993.022,82	506.283,95	
Contribuições				160.767.174,04	181.142.900,97	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas				68.768.201,36	27.157.998,57	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas						
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)				229.535.375,40	208.300.899,54	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO						
TOTAL						
QUADRO-VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS				2.015	2.014	
Incorporação de Ativos				772.481,42	5.607.773,91	
Incorporação de Passivos				772.481,42	5.607.773,91	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP						

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
(Valores expressos em reais)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	2.015	2.014	
INGRESSOS			
Receitas derivadas e ordinárias			
Receita Patrimonial	128.608.276,21	155.275.075,32	
Receita de Serviços	31.484.908,72	30.837.421,96	
Outros Ingressos Operacionais	160.103.184,93	186.112.497,28	
Varição Extra-Orçamentária conf. (Anexo 13)	68.344.635,05	22.037.389,36	
Total dos ingressos	228.447.819,98	208.149.885,64	
DESEMBOLSOS			
Despesas Correntes			
Pessoal e Encargos	39.086.303,18	28.122.622,30	
Outras Despesas Correntes	134.148.499,29	143.724.019,25	
Total dos desembolsos	173.234.802,47	171.846.641,55	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações (I)	55.213.017,51	36.303.244,09	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO (II)			
INGRESSOS			
Outros Ingressos de Investimentos	0,00	0,00	
DESEMBOLSOS			
Aquisição de Ativo Não Circulante	728.058,98	5.794.273,58	
Outros Desembolso do Ativo Não Circulante	1.851.772,19	23.291.588,97	
Total dos desembolsos	2.579.831,17	29.085.862,55	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(2.579.831,17)	(29.085.862,55)	
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa (+/-)	52.633.186,34	7.217.381,54	
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO			
Caixa e Equivalentes de caixa inicial (I)	467.832.978,99	460.615.597,45	
Caixa e Equivalentes de caixa final (II)	520.466.165,33	467.832.978,99	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (II-I)	52.633.186,34	7.217.381,54	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015 E 2014

NOTA 1 – CONSTITUIÇÃO, OBJETO SOCIAL E CONTEXTO OPERACIONAL.

A ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo é uma autarquia do Governo do Estado, dotada de autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional e administrativa. Criada em 14 de janeiro de 2002 pela Lei Complementar nº 914, a Agência tem como objetivo assegurar o cumprimento de normas que regulamentam os serviços públicos delegados de transporte, assim

como garantir a execução de contratos firmados entre o Estado e a iniciativa privada. Como intermediária desta relação entre Governo, concessionárias, permissionárias, autorizatórias e usuários, a Agência promove o equilíbrio dos interesses das partes.

Sendo assim, a ARTESP regula e fiscaliza o Programa de Concessões Rodoviárias, o Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros no Estado de São Paulo. Por meio de atuação técnica e independente, a Agência busca garantir rodovias mais modernas e seguras para os motoristas, bem como, mais conforto e eficiência para aqueles que se utilizam do transporte de passageiros.

Os recursos da Artesp são:

- Concessões Rodoviárias:
- Ônus variável - Conforme contratos de concessão, o ônus variável é 3% (três por cento) da Receita Bruta de Arrecadação de Pedágio das Concessionárias. Foi autorizada na 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor de 24/06/2013 (DOE-24.06.13), a redução de 50% da outorga (ônus variável) dos lotes antigos para os meses de Agosto/13 a Outubro/13, e a partir de Dez/2013 por determinação do Conselho Diretor a redução do Ônus Variável de 3% (três por cento) para 1,5% (Um e meio por cento) é por prazo indeterminado;

3% das Receitas Acessórias previstas nos Contratos de Concessões;

- Serviços de Transportes
- PDF (Percentual de Despesas de Fiscalização) - 2% (dois por cento) das passagens das linhas intermunicipais de



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador

Poder
Executivo
seção I

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 126 • Número 80 • São Paulo, terça-feira, 3 de maio de 2016

www.imprensaoficial.com.br

Leis

LEI Nº 16.217, DE 2 DE MAIO DE 2016

(Projeto de lei nº 1190/15,
do Deputado Afonso Lobato - PV)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Sociedade de Obras Religiosas de Monteiro Lobato, com sede naquele Município.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 2 de maio de 2016.
GERALDO ALCKMIN
Aloísio de Toledo César
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 2 de maio de 2016.

LEI Nº 16.218, DE 2 DE MAIO DE 2016

(Projeto de lei nº 1213/15,
do Deputado Léo Oliveira- PMDB)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação Morroagudense de Amparo ao Idoso, com sede em Morro Agudo.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 2 de maio de 2016.
GERALDO ALCKMIN
Aloísio de Toledo César
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 2 de maio de 2016.

LEI Nº 16.219, DE 2 DE MAIO DE 2016

(Projeto de lei nº 1235/15,
do Deputado Alencar Santana Braga- PT)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Caminhando para o Futuro – O Pão da Vida, com sede em Pitangueiras.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 2 de maio de 2016.
GERALDO ALCKMIN
Aloísio de Toledo César
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 2 de maio de 2016.

LEI Nº 16.220, DE 2 DE MAIO DE 2016

(Projeto de lei nº 1387/15,
do Deputado Estevam Galvão- DEM)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarado de utilidade pública o Recanto dos Idosos Luz Divina, com sede em Suzano.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 2 de maio de 2016.
GERALDO ALCKMIN
Aloísio de Toledo César
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 2 de maio de 2016.

LEI Nº 16.221, DE 2 DE MAIO DE 2016

(Projeto de lei nº 1518/15,
da Deputada Maria Lúcia Amary- PSDB)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Social Comunidade de Amor – ASCA, com sede em Sorocaba.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 2 de maio de 2016.
GERALDO ALCKMIN
Aloísio de Toledo César
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 2 de maio de 2016.

LEI Nº 16.222, DE 2 DE MAIO DE 2016

(Projeto de lei nº 1529/15,
do Deputado Davi Zaia - PPS)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação Beneficente de Nossa Senhora de Fátima de Vila Marlene, com sede em São Bernardo do Campo.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 2 de maio de 2016.
GERALDO ALCKMIN
Aloísio de Toledo César
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 2 de maio de 2016.

LEI Nº 16.223, DE 2 DE MAIO DE 2016

(Projeto de lei nº 1580/15,
do Deputado André Soares - DEM)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos e Visuais de Caieiras, com sede naquele Município.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 2 de maio de 2016.
GERALDO ALCKMIN
Aloísio de Toledo César
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 2 de maio de 2016.

LEI Nº 16.224, DE 2 DE MAIO DE 2016

(Projeto de lei nº 1584/15,
do Deputado Helio Nishimoto - PSDB)

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação Religiosa Santa Terezinha do Menino Jesus, com sede em Cachoeira Paulista.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 2 de maio de 2016.
GERALDO ALCKMIN
Aloísio de Toledo César
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 2 de maio de 2016.

Governo

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CHEFIA DE GABINETE

Extrato de Termo de Aditamento de Convênio
Processo 8999/2014

- Partícipes: O Estado de São Paulo, através do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Núcleo Cristão Cidadania e Vida

- Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 061/2014 – Projeto Polos Regionais da Escola da Construção Civil - Cláusula(s) Aditada(s): Cláusula Sexta – O prazo de vigência do ajuste, previsto no caput da Cláusula Sexta, fica prorrogado até a 31-05-2016, nos termos do cronograma de trabalho que, junta-do às fls. 147 e 148 dos autos, integra o presente instrumento para todos os fins. Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições do Convênio original não alteradas pelo presente termo.

- Data da assinatura: 02-05-2016

Extrato de Termo de Aditamento ao Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 365/2014 - Processo FUSSESP 151799/2014

Partícipes: O Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Núcleo Cristão Cidadania e Vida - NCCV

Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, referido na Cláu-sula Primeira do convênio em epígrafe, fica alterado nos termos dos documentos insertos às fls. 156 a 167 do Processo FUSSESP 151799/2014, que passa a integrar o ajuste para todos os fins.

Cláusula Segunda – Em face da alteração de que trata este termo aditivo, o valor total do convênio original passa a ser R\$ 55.558,22, sendo R\$ 37.708,22 de responsabilidade do FUSSESP e R\$ 17.850,00 de responsabilidade da Entidade, na forma do detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I).

Ficam mantidas as cláusulas e disposições do convênio original cujo teor não tenha sido alterado pelo presente termo de aditamento. Data de assinatura: 02-05-2016

Extrato de Termo de Aditamento ao Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 389/2014 - Processo FUSSESP 144029/2014

Partícipes: O Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Centro de Educação Social Força da Mulher

Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, referido na Cláu-sula Primeira do convênio em epígrafe, fica alterado nos termos dos documentos insertos às fls. 139 a 144 do Processo FUSSESP 144029/2014, que passa a integrar o ajuste para todos os fins.

Cláusula Segunda – Em face da alteração de que trata este termo aditivo, o valor total do convênio original passa a ser R\$ 69.208,22, sendo R\$ 37.708,22 de responsabilidade do FUSSESP e R\$ 31.500,00 de responsabilidade da Entidade, na forma do detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I).

Ficam mantidas as cláusulas e disposições do convênio original cujo teor não tenha sido alterado pelo presente termo de aditamento.

Data de assinatura: 02-05-2016

Extrato de Termo de Aditamento ao Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 393/2014 - Processo FUSSESP 28447/2014

Partícipes: O Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Centro de Educação Social Força da Mulher

Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, referido na Cláu-sula Primeira do convênio em epígrafe, fica alterado nos termos dos documentos insertos às fls. 141 a 146 do Processo FUSSESP 28447/2014, que passa a integrar o ajuste para todos os fins.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GERAL

Retificação do D.O. de 30/04/16
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Balanços Patrimoniais em 31-12-2015 e 2014
Leia-se como segue:

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014					
(Valores expressos em reais)					
ATIVO	2.015	2.014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.015	2.014
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Bancos Conta Movimento	8.981.168,42	10.816.651,46	Obrig. Trabalhista e Prev.C.Prazo	91.921,84	4.774,96
Aplicações Financeiras	511.484.996,91	457.016.327,53	Fornecedores de curto prazo	18.548.570,44	35.448.899,42
Estoques	49.680,35	130.350,40	Demais obrigações de curto prazo	952.744,74	62.189,16
Despesas a Liquidar	84.446,49	0,00	Total do Passivo Circulante	19.593.237,02	35.515.863,54
Total do Ativo Circulante	520.600.292,17	467.963.329,39	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
NÃO CIRCULANTE			Resultado dos Exercícios Anteriores	538.511.224,53	511.353.225,96
Imobilizado	106.272.370,74	106.063.758,68	Resultado do Exercício (Superávit)	68.768.201,36	27.157.998,57
Total do Ativo não Circulante	106.272.370,74	106.063.758,68	Total do Passivo não Circulante	607.279.425,89	538.511.224,53
TOTAL DO ATIVO	626.872.662,91	574.027.088,07	TOTAL DO PASSIVO	626.872.662,91	574.027.088,07
Ativo Financeiro	520.600.292,17	467.963.329,39	Passivo Financeiro	19.593.237,02	35.515.863,54
Ativo Permanente	106.272.370,74	106.063.758,68	Saldo Patrimonial	607.279.425,89	538.511.224,53
TOTAL	626.872.662,91	574.027.088,07	TOTAL	626.872.662,91	574.027.088,07
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-ARTESP					
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014					
(Valores expressos em reais)					
QUADRO-VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2.015	2.014			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Diretos					
Receita Patrimonial	136.597.721,08	132.509.936,90			
Receita de Serviços	31.494.908,72	30.837.421,96			
Total	168.092.629,80	163.347.358,86			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras					
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	59.491.415,63	44.953.540,68			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas-Financeiras	1.951.329,97	0,00			
Total	61.442.745,60	44.953.540,68			
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	229.535.375,40	208.300.899,54			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
Pessoal e Encargos					
Remuneração a Pessoal	35.251.828,03	30.925.026,35			
Encargos Patronais	1.282.601,44	1.013.391,71			
Total	36.534.429,47	31.938.418,06			
Uso de Bens, Serviços e Consumo					
Uso de Material de Consumo	7.122.688,89	6.618.265,19			
Serviços	113.317.299,89	139.653.211,56			
Total	120.439.988,78	146.271.476,75			
Transferências e Delegações Concedidas					
Transferências Intergovernamentais (Doações)	522.221,56	343.505,03			
Tributárias					
Contribuições	2.277.511,41	2.083.217,18			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas					
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	993.022,82	506.283,95			
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	160.767.174,04	181.142.900,97			
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	68.768.201,36	27.157.998,57			
TOTAL	229.535.375,40	208.300.899,54			
QUADRO-VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2.015	2.014			
Incorporação de Ativos	772.481,42	5.607.773,91			
Incorporação de Passivos	772.481,42	5.607.773,91			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extrato da 54ª Reunião do COSB

Data: 25-02-2016

Local: Sede da Agência Reguladora de Saneamento e Ener-gia do Estado de São Paulo – ARSESP.

1. Aprovada e assinada a Ata da 53ª Reunião.
2. O Conselheiro Hélio Luiz Castro informou o COSB que a Diretoria da ARSESP criou um Grupo de Trabalho composto dos seguintes servidores: José Soares Pimentel (coordenador – Dire-toria de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Sane-amento), Ana Eliza Fávero, Guilherme Villela de Viana Bandeira (Diretoria de Relações Institucionais) e Marco Tsuyama Cardoso

Cláusula Segunda – Em face da alteração de que trata este termo aditivo, o valor total do convênio original passa a ser R\$ 61.214,66, sendo R\$ 27.614,66 de responsabilidade do FUSSESP e R\$ 33.600,00 de responsabilidade da Entidade, na forma do detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I).

Ficam mantidas as cláusulas e disposições do convênio original cujo teor não tenha sido alterado pelo presente termo de aditamento.

Data de assinatura: 02-05-2016

Extrato de Termo de Aditamento ao Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 542/2015 - Processo FUSSESP 91030/2015

Partícipes: O Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Centro de Educação Social Força da Mulher

Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, referido na Cláu-sula Primeira do convênio em epígrafe, fica alterado nos termos dos documentos insertos às fls. 160 a 165 do Processo FUSSESP 91030/2015, que passa a integrar o ajuste para todos os fins.

Cláusula Segunda – Em face da alteração de que trata este termo aditivo, o valor total do convênio original passa a ser R\$ 160.262,56, sendo R\$ 139.238,56 de responsabilidade do FUS-SESP e R\$ 21.024,00 de responsabilidade da Entidade, na forma do detalhado no Plano de Trabalho (Anexo I).

Ficam mantidas as cláusulas e disposições do convênio original cujo teor não tenha sido alterado pelo presente termo de aditamento.

Data de assinatura: 02-05-2016

(Diretoria de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados). O grupo avaliará os seguintes critérios para possibilitar a regulação de prestação de serviços de saneamento básico nos municípios:

a) Aspectos jurídicos-institucionais
- Viabilidade jurídica
- Natureza do órgão prestador do serviço
- Órgãos convenientes, intervenientes e anuentes
b) Aspectos econômico-financeiros
- PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico
- Plano de investimento
- Modelo tarifário
- Segregação de contas
- Contabilidade regulatória
O COSB propôs a análise de aspectos técnicos, o qual será incluído dentre as atividades do grupo de trabalho. Na